

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Multimodalidade e Argumentação na
Charge

Maria Clara Catanho Cavalcanti

Recife
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Multimodalidade e Argumentação na Charge

Maria Clara Catanho Cavalcanti

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial a obtenção do
Grau de Mestre em Linguística

Orientadora: Prof^a Dr^a Judith Chambliss Hoffnagel

Cavalcanti, Maria Clara Catanho
Multimodalidade e argumentação na charge /
Maria Clara Catanho Cavalcanti. – Recife : O Autor,
2008.

102 f. : il., fig., quadros

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CAC. Letras, 2008.

Inclui bibliografia e anexo (CD – Animação)

1. Lingüística. 2. Gênero textual. 3.
Multimodalidade. 4. Charge. 5. Argumentação visual.
I. Título.

801
410

CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)

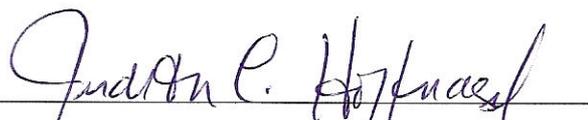
UFPE
CAC2008-86

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Multimodalidade e Argumentação na Charge

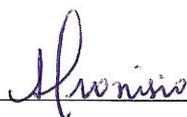
Maria Clara Catanho Cavalcanti

EXAMINADORES:



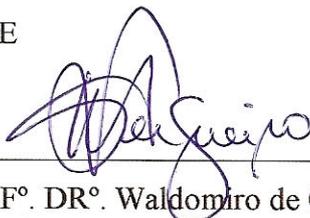
PROF^a. DR^a. Judith Chambliss Hoffnagel (Orientadora)

UFPE



PROF^a. DR^a. Angela Paiva Dionisio

UFPE



PROF^o. DR^o. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro

USP

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial a obtenção do
Grau de Mestre em Lingüística

Recife
2008

*“Posso enfrentar o que for,
Eu sei quem luta por mim,
Seus planos não podem ser frustrados.
Minha esperança está
Nas mãos do Grande eu sou.
Meus olhos vão ver o impossível acontecer.”*

(David Sacer – Ministério Apascentar)

Agradecimentos

- A Deus, pela vida, pela saúde, pela força.
- Às minhas avós, Cremilda e Lourdes, pelo amor, pelas orações e pelo cuidado.
- Ao meu avô, Cândido, que, mesmo sem nunca ter percebido, foi grande responsável por minha formação cultural aguçando meu gosto pela leitura e pela cultura regional.
- Ao meu pai, Fernando, não só pelo investimento financeiro, mas por todo o amor com que me educou.
- À minha mãe, Lúcia, pelos sacrifícios, pelo amor, pelo cuidado, pela vida, por acreditar nos meus sonhos, por me admirar, por me conhecer tão bem, por confiar em mim.
- Aos meus irmãos, Luís Augusto e Rebeca, pela infância, pela amizade e pela companhia.
- Aos meus tios, tias e primos, por formarmos uma família tão feliz.
- Às minhas tias, Rosário e Conceição, por serem também minhas mães.
- A Judith, minha orientadora desde a graduação, que me ensinou não só lições acadêmicas, mas lições para a vida.
- A Angela e Márcia, por serem exemplos de profissionais envolvidas e que acreditam no que fazem.
- Aos colegas e alunos da Escola Mater Christi, especialmente a Alethea Neves e a Enila de Resende, por me fazerem acreditar na educação.
- Aos colegas e alunos dos colégios Contato e Boa Viagem, pela ajuda e compreensão.
- A Juliana, por conseguir ser minha melhor amiga há pelo menos vinte anos.
- A Carla Carmelita pelo incentivo e pelo exemplo de força que é para mim.
- A Morgana, por estarmos juntas nos momentos difíceis desse mestrado.
- A Carolina Pires, pela idéia da coleta do corpus.
- A todos os colegas da turma de mestrado em lingüística de 2006.
- E, finalmente, aos meus dois garotões:

Karlos, meu marido, pelo apoio, pelas centenas de favores e de caronas, por compreender minhas ausências, por me incentivar, por acreditar em mim, por querer meu melhor, por me amar.

Luís Eduardo, por dar um novo sentido à minha vida e pela companhia nas madrugadas, mexendo sem parar só pra que eu percebesse que não estava sozinha.

Resumo

Como gênero de caráter visual, a charge tem chamado atenção de professores e pesquisadores. Seu uso como objeto de estudo em escolas e universidades tem crescido e atingido diferentes áreas. A charge (do francês *charger*: carregar, exagerar) tem como objetivo a crítica humorística de um fato específico, geralmente de natureza política. Ela deve abordar um assunto atual e interessante para o público leitor. O objetivo central desse estudo é mostrar a como se organizam os modos de linguagem do texto chágico, ressaltando que argumentos também podem ser constituídos por linguagem visual. Nosso ponto de partida é uma análise sócio-interacionista, a qual vislumbra o processo comunicativo da charge. Em seqüência, apresentaremos uma proposta de análise multimodal do gênero em estudo para só então realizarmos nossas considerações sobre a argumentação. Para tanto, nosso corpus é composto por aproximadamente 450 charges, as quais foram coletadas nos três principais jornais de Pernambuco – Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco. Este trabalho ocorreu durante os meses de junho a outubro de 2006, período de copa do mundo e de eleições, assuntos que dão uma boa safra de charges.

Palavras-chave: Charge, Multimodalidade e Argumentação.

Abstract

As a visual genre, the cartoon has caught the attention of teachers and researchers. Its use as an object of study by different disciplines in schools and universities has grown. The purpose of a cartoon is the humorous critique of a specific fact, generally of a political nature. It usually focuses on a current event and is of current interest to the reading public. The objective of the present investigation is to show how the verbal and visual modes of language organize the cartoon text and more specifically how arguments are presented verbally and visually. It begins with a socio-constructivist analysis which illustrates the communicative processes of the cartoon. We present a proposal for a multimodal analysis of the genre in question, followed by considerations of how its arguments are constructed. The corpus analyzed is composed of 450 cartoons that were published in the three principal newspapers of Pernambuco – Diário de Pernambuco, The Journal do Commercio, Folha de Pernambuco – from June to October of 2006, a period that included the World Cup and presidential elections, events that were the subject matter of most of the cartoons analyzed.

Keywords: Political cartoons, Multimodality, Argumentation.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I	
Embasamento Teórico Aplicado à Charge	5
I.1. Língua	5
I.2. Texto	9
I.3. Gêneros Textuais como Ações Sociais	11
I.3.1. Perspectiva sócio-retórica e cultural	12
I.3.2. Noção de Agência	20
I.3.3. Charge: ação social	25
I.4. Caracterizando a charge	37
I.4.1. Charge, Caricatura e Cartum	37
I.4.2. Finalmente, o que são charges?	38
I.4.3. Intertextualidade e polifonia: um emaranhado de informações no texto chágico	40
I.4.4. Humor na charge	47
Capítulo II	
Multimodalidade	50
II.1. Comunicação multimodal: um único ato comunicativo	50
II.2. Semiótica Social – Alguns pressupostos	55
II.3. Os signos da charge	58
II. 4. Imagem x Linguagem verbal	65
II.4.1. Linguagem verbal e imagem juntas no texto	68
II.4.2. Princípios Semióticos Gerais	70
Capítulo III	
Teoria da Argumentação	72
III.1. Da antiga à Nova Retórica	72
III.1.1. Aristóteles	74
III.1.2. A Nova Retórica	76
III.2. Teoria da Argumentação na Língua – Ducrot e Anscombe	81
III.2.1. Teoria dos <i>Topoi</i>	83
III.3. Argumentação e Multimodalidade	85
III.3.1. Argumento Visual	87
III.3.2. A influência argumentativa na composição do texto chágico	90
Conclusão	95
Referências Bibliográficas	98
Anexo	101

Lista de Charges

Charge I	08
Charge II	13
Charge III	16
Charge IV	22
Charge V	23
Charge VI	26
Charge VII	27
Charge VIII	40
Charge IX	42
Charge X	44
Charge XI	46
Charge XII	51
Charge XIII	53
Charge XIV	57
Charge XV	67
Charge XVI	68
Charge XVII	69
Charge XVIII	77
Charge XIX	80
Charge XX	80
Charge XXI	80
Charge XXII	84
Charge XXIII	88
Charge XXIV	92
Charge XXV	93

Introdução

Os gêneros textuais constituídos por várias modalidades de linguagem crescem a cada dia. A charge tem conquistado muitos leitores e, diversas vezes, é utilizada como material de apoio didático. Isso ocorre porque condensa informações em processos intertextuais que obrigam o interlocutor a conhecer fatos atualizados para que consiga realizar as inferências adequadas, atingindo, assim, um sentido plausível. Esse trabalho de leitura é extremamente interessante, pois a charge emite críticas e opiniões que podem iniciar uma reflexão e um posterior debate sobre algo importante na sociedade. Outra vantagem é que a análise social por meio da charge é bem humorada, o que torna as atividades que envolvem esse gênero leves e prazerosas.

Engana-se quem imagina que a charge é apenas uma piada gráfica que utiliza a linguagem visual em sua construção. Na verdade, é um texto opinativo e, impressa nos jornais, é normalmente publicada no caderno de opinião em meio a cartas argumentativas, editoriais, artigos de opinião, entre outros. De acordo com a análise do nosso corpus, quase sempre emite críticas políticas e esportivas, e, esporadicamente, sociais. Tem relação íntima com o tempo, no geral, aborda as notícias mais importantes do dia anterior à sua publicação. A charge tem o poder de condensar várias informações, inclusive procedentes de contextos extremamente diferentes, num processo de intertextualidade que ocorre na linguagem verbal ou mesmo nas imagens.

A charge impressa, quanto à forma, geralmente é ilustrada em apenas um quadro, sendo raras as vezes que aparece em mais de um. É constituída quase sempre por linguagem verbal e não verbal, mas ocorrem charges em que só a imagem é utilizada. A linguagem verbal aparece em forma de título, legenda e, mais comumente, compõe a fala dos personagens. A linguagem não verbal é responsável pelas caricaturas e pela representação de símbolos na construção de cenários, retomando o contexto situacional. É responsável, ainda, pelos balões de fala, os quais, de acordo com sua forma, podem representar fala, grito, pensamento, cochicho, etc.

Esse é o gênero textual que será alvo de nossas discussões, sobre o qual nos interessa particularmente sua organização argumentativa e multimodal. Para tanto, é importante estabelecer nossas bases e concepções, já que serão norte para todas as reflexões a respeito da charge.

Toda pesquisa lingüística depende inicialmente da concepção de língua que se adota. Língua pode ser entendida como representação do pensamento, cujo sujeito

enunciador cria seu discurso e, ao emití-lo, este é compreendido exatamente da maneira que fora formulado. Segundo essa concepção, o sujeito é social, está inserido socialmente e age dentro dessa sociedade, mas é tido como dono do seu próprio discurso e dominador de suas próprias ações. Se a língua é vista como representação do pensamento, texto é compreendido como o produto da representação mental do sujeito. Tal noção confere ao leitor/ouvinte uma posição passiva, cabendo-lhe o papel de acolher as intenções e as representações mentais do sujeito. A língua também pode ser entendida como instrumento de comunicação ou estrutura. Nesse caso, seria um sistema abstrato, um código que é emitido por um canal e precisa ser decodificado pelo receptor da mensagem. O sujeito, de acordo com essa concepção, é anônimo, é repetidor do discurso social. Sendo assim, o texto é tido como a mensagem codificada pelo emissor e que deve ser decodificada pelo receptor e, para isso, sendo suficiente apenas o conhecimento do código. O terceiro conceito de língua a considera lugar de interação. Assim, língua seria uma forma de ação no mundo, ação essa mediada por fatores cognitivos e sociais. Teríamos, então, um sujeito ativo, o qual reproduz estruturas sociais, mas também é capaz de alterá-las. Dessa forma, o texto é o próprio lugar de interação, nele os sentidos são construídos dialogicamente. É conforme essa última perspectiva que nosso trabalho se desenvolverá.

Se texto é o próprio lugar de interação, é no gênero textual que ele se concretiza. Gêneros textuais são entendidos como formas de ação social relativamente estáveis. Consoante Marcuschi (2002: 29), “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma lingüística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. Os gêneros ocorrem em situações particulares porque estão inseridos no contexto histórico-espacial em que se realizam.

A charge é um gênero textual, é ação social localizada num contexto específico. É produzida com a função de expor uma opinião crítica com base humorística. Insere-se num processo em que o produtor está imbuído do papel social de jornalista opinativo e cartunista, integrado ao cotidiano de sua profissão e acompanhando as notícias do dia-a-dia. Assim, ele produz seu texto, repetindo uma estrutura social, a qual, justamente por isso, será compreendida como charge. Essa reprodução, no entanto, não é estática, pois os agentes, ao mesmo tempo em que são manipulados pela “máquina” social, também a movimentam. A maleabilidade dos gêneros, assim como sua relação com o contexto histórico-espacial será mostrada em nossa pesquisa através da charge virtual.

Chamamos virtual a charge produzida e divulgada em meio eletrônico, a qual conta com som e animação em sua estrutura. Os gêneros acompanham nossa vida cultural. Se o homem criou, com a internet, o cinema, a televisão, novas possibilidades de interação, gêneros antigos se adaptam a elas e gêneros novos são criados.

Diante de todas essas características do texto chárstico, o foco principal a ser discutido aqui é a organização multimodal da charge e a construção de seus argumentos. Analisaremos a argumentação da charge em toda a sua formação multimodal. Durante a observação, alguns pontos serão realçados, como a multimodalidade lingüística, a intertextualidade e o humor. Com relação à comunicação multimodal, perceberemos que o texto realiza um ato de fala único mesmo sendo constituído por diversos modos e sub-modos. Apresentaremos a relação e organização desses modos e sub-modos como estratégias argumentativas que visam comprovar a opinião do charginista. Com esse mesmo intuito, mostraremos como o humor é construído na charge. Para tanto, nos basearemos nas noções de intertextualidade e polifonia. Acreditamos que, através do movimento intertextual, contextos diversos são relacionados na charge, estabelecendo um contexto misto, principal responsável pelo humor.

Com o objetivo de estabelecer uma organização para a apresentação da pesquisa e para que ela obtivesse uma seqüência lógica e coerente, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, estabeleceram-se os pressupostos teóricos, então, definiremos os conceitos de língua, texto e gênero textual. Além disso, charge será caracterizada e a intertextualidade e o humor nela presentes serão mostrados. No capítulo dois, retomaremos as noções da Semiótica Social para embasar nosso estudo sobre multimodalidade. Centraremos nossa discussão principalmente nas idéias dos teóricos do Grupo de Sidney, alicerçados na gramática sistêmico-funcional. Enfim, no terceiro capítulo, abordaremos a história da argumentação na Grécia Antiga. Veremos como os estudos retóricos renasceram a partir da segunda metade do século XX com o surgimento do movimento chamado Nova Retórica. Iremos expor as Teorias da Argumentação na Língua, percebendo que todos esses estudos serviram de alicerce para a Retórica Visual, teoria que melhor embasa a investigação sobre argumentação no texto chárstico. É importante notarmos que a análise do nosso corpus se dá ao longo de toda a apresentação da teoria, ora servindo como exemplo, ora servindo como comprovação de alguma tese defendida.

Nosso corpus baseou-se na coleta de charges em três dos principais jornais de Pernambuco: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco.

Iniciamos a coleta diária nos três jornais em primeiro de junho de 2006 e procedemos com ela até o dia 31 de outubro do mesmo ano. Escolhemos esse período porque dois fatos importantes aconteciam: a Copa do Mundo e as eleições para presidência, governo de estado, senado e câmara. Assim, previmos que esses dois contextos iriam ser constantemente mesclados. Pesquisamos mais de um jornal porque eles possuem públicos-alvos diferentes e chargistas diferentes, o que interfere nas considerações que seriam feitas sobre ação social, multimodalidade e argumentação.

Capítulo I

Embasamento Teórico Aplicado à Charge

Neste capítulo, pretendemos rever alguns conceitos básicos da lingüística, tendo como base a charge. Iremos mostrar as características gerais deste gênero, além de analisar sua construção humorística.

A lingüística possui diversos campos de estudo, além de linhas teóricas bastante distintas, assim, as concepções básicas são definidas de modos diversos. Portanto, a função deste capítulo é esclarecer as noções de língua, sujeito, texto, discurso e gênero textual adotadas que orientarão todo o desenvolvimento deste trabalho. É importante, de antemão, informarmos que este estudo será realizado sob a perspectiva da Lingüística Textual (LT) em sua corrente mais ligada à visão sócio-interacionista.

Ao apontarmos as concepções adotadas de língua, sujeito, texto, discurso e gênero não é nossa pretensão estabelecer essas definições de modo pronto e acabado, mas discutir sobre a relevância desses conceitos para o desenvolvimento de qualquer pesquisa na área de linguagem nos dias atuais.

Uma última ressalva é atentarmos para o fato de que, embora tratemos esses conceitos separadamente, eles estão imbricados. Segundo Koch (2002: 13) “a concepção de sujeito da linguagem varia de acordo com a concepção de língua que se adote”. Assim, as noções de sujeito psicológico, “assujeitamento” e sujeito ativo correspondem respectivamente às concepções de língua como representação do pensamento, como estrutura e como interação.

Finalmente, iremos também, neste capítulo, tentar delimitar a noção de charge adotada. Sabemos, contudo, que os gêneros não são estáticos e pretendemos muito mais tratar as possibilidades discursivas do que analisarmos a charge apenas formalmente.

I.1. Língua

Os estudos sobre texto e discurso são determinados pela concepção de língua que se adota. Concebemos a língua como uma atividade social em que mais importante é a enunciação do que o enunciado. Esse é o conceito de língua é defendido por Bakhtin, lingüista, filósofo, crítico literário, enfim, um importante pensador russo que surpreendeu o mundo ocidental nos anos 70, quando surgiram as primeiras traduções de

seus livros. Em suas obras, principalmente “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin defende língua como interação, em detrimento das concepções de língua como fluxo de pensamento ou como estrutura.

À percepção de língua como representação do pensamento, Bakhtin chama “subjetivismo idealista”. Língua é considerada um produto acabado, um sistema estável, pois é abstrata. É ainda vista como uma atividade mental e, portanto, individual. Nesse caso, o sujeito da linguagem, como afirma Koch (2002: 13), é “um sujeito psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas ações”. Sendo assim, o sujeito mentalizaria sua mensagem, a qual seria compreendida pelo interlocutor exatamente da maneira como foi pensada, é como se a língua fosse clara, óbvia e transparente. Apesar de todo esse individualismo, o sujeito da linguagem, segundo essa linha de pensamento, não deixa de ser um sujeito social e histórico, pois se constrói em sociedade.

A língua como um “sistema de regras” possíveis de descrição é a segunda concepção criticada por Bakhtin, o qual direciona sua crítica especialmente a Saussure e ao estruturalismo de maneira geral. Bakhtin acreditava que a lingüística estruturalista apenas reiterava os procedimentos da filologia tradicional, já que desconsiderava a produção individual dos falantes, por Saussure chamada *parole*, e se concentrava na *langue*, construto teórico abstrato. Assim, língua era vista como um sistema estável, imutável. Nesse sentido, o enunciado era importante, já a enunciação era considerada refração ou variação fortuita das formas normalizadas (*langue*). A essa concepção de língua corresponde a noção de sujeito “assujeitado pelo sistema, caracterizado por uma espécie de não consciência” (Koch, 2002: 14). Nesse caso, o sujeito é anônimo, é como um porta-voz da sociedade, da ideologia, da instituição na qual está inserido.

Bakhtin criticava esses dois posicionamentos a respeito de definição de língua porque a concebia como forma de ação. É também dessa forma, como afirmamos no início deste tópico, que concebemos língua, ou seja, como uma atividade social, em que a enunciação ou o processo é mais importante que o enunciado, o produto. Portanto, diferente do que fazia a lingüística estruturalista – a qual tinha como objeto de estudo a língua como um sistema abstrato, sincrônico, homogêneo –, Bakhtin (2004:123) enfatiza justamente o estudo da enunciação, da manifestação individual:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico da sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal,

realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

O caráter interativo da linguagem é base da estrutura teórica bakhtiniana. A linguagem é compreendida a partir de sua natureza sócio-histórica. Se pensarmos na própria existência humana, veremos que o homem não existe isolado, sua experiência de vida entrecruza-se com o outro. O discurso elaborado por um falante se constitui também do discurso do outro. Na teoria bakhtiniana, a noção do “eu” nunca é individual, mas social. Portanto, a enunciação é de natureza social e acontece sempre numa interação. A enunciação é vista como uma réplica do diálogo social, que pode se tratar do discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior.

No centro dessa visão bakhtiniana de linguagem está o dialogismo. Dialogismo é o diálogo permanente entre os vários discursos que permeiam uma sociedade, uma comunidade, uma cultura. Dessa forma, o discurso não é individual, pois se constrói entre, pelo menos, dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais. Portanto, a noção de emissor e receptor é revista, pois, segundo Bakhtin, durante o ato lingüístico, ambos os papéis estão contidos no mesmo indivíduo. Além disso, o discurso se constrói como um diálogo entre discursos, ou seja, mantém relações com outros discursos, seja nas trocas entre interlocutores, seja no interior do próprio enunciado com enunciados já proferidos. Como assegurou Bakhtin (1992: 348):

O enunciado sempre cria algo que, antes dele, não existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc). Entretanto, qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que já é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão de mundo, etc.). O dado se transfigura no criado.

Então, embora a consciência seja determinada socialmente, não se pode inferir que o ser humano seja meramente reprodutivo, o que se ressalta é, portanto, a criatividade do sujeito o qual é influenciado pelo meio, mas se volta sobre ele para transformá-lo. É justamente sobre essa discussão que se apóia a noção de agência – mais recentemente discutida por Anthony Giddens, Charles Bazerman, Laura Ahearn Alessandro Duranti e Carolyn Miller – a qual iremos desenvolver ainda neste capítulo.

Charge I



(Samuca, Diário de Pernambuco, 07/09/2006)

Extremamente engraçada, essa charge é também triste. Em pleno feriado de sete de setembro, dia em que se comemora a Independência do Brasil, um grave problema social do nosso país é retratado. Samuca¹ apresenta uma caricatura de Dom Pedro I, montado em seu cavalo, prestes a tornar o Brasil independente, antes que ele desça do alazão, uma criança, aparentemente de classe social baixa, pede para tomar conta do transporte do futuro Imperador. Samuca entrecruza épocas distintas numa crítica genial em que questiona a própria nacionalização do Brasil, já que, após tantos anos, a cidadania não chegou para milhões de brasileiros.

Analisando esse texto à luz da teoria bakhtiniana, percebemos que língua é ação. Através da charge, Samuca age, mostrando seu ponto de vista sobre o assunto, criando comparações e estabelecendo críticas. Se não considerássemos a enunciação nesse caso, mas apenas o enunciado, nossa análise se resumiria à mera constatação da existência de um desenho de um militar montado em um cavalo e um garoto-flanelinha pedindo para cuidar do animal. Considerando a enunciação, saímos da abstração e levamos em conta todo o contexto sócio-histórico, pois percebemos o dia em que o texto fora publicado, identificando, assim, a figura de Dom Pedro I prestes a realizar o fato histórico. Somente considerando a enunciação, o texto tem sentido, pois, na verdade, não há ali

¹ Começou sua carreira profissional em 1984, no jornal alternativo *O Rei da Notícia*, depois publicou na Folha de Pernambuco (antiga versão) e fez charges eletrônicas animadas para a TV Pernambuco. Hoje é chargista do Diário de Pernambuco e colabora com o jornal de humor *O Papa-Figo*, e com a revista *Ragú*.

apenas um desenho, mas uma crítica bem humorada constituída à custa de muita criatividade.

Nessa elaboração textual, Samuca não é apenas o produtor e nós passivos receptores, mas somos todos interlocutores, pois, ao elaborar o texto, o chargista levou em consideração seu público alvo. Certamente algumas perguntas permearam suas idéias, como “essa construção será compreendida pelos leitores deste jornal, será que a minha charge os agrada?” Os leitores, por sua vez, para compreenderem o texto, precisam usar seu conhecimento de mundo, fazendo as inferências necessárias para estabelecer sentido.

Além disso, podemos perceber quantos discursos permeiam essa charge, que leva em conta diversos fatores sociais os quais formam uma cultura, uma sociedade. Inicialmente, vemos um fato histórico, inferido pela data de publicação do texto. A partir disso, começamos a identificar todos os elementos não verbais que identificam Dom Pedro I, confirmando nossa percepção inicial. Então, há um outro discurso contrastando com o grande feito da independência, o qual trata de um problema social grave no atual Brasil independente. Todos esses discursos, assim como o conhecimento da língua portuguesa ou produção e circulação do gênero charge, fazem parte do conhecimento de mundo de uma sociedade. Porém, a proeza de relacionar esses discursos da maneira que foi feita é parte da criatividade, da agência do sujeito (chargista), ou seja, plagiando Bakhtin: é o dado se transfigurando no criado.

I.2. Texto

O conceito de texto, assim como todas as teorias abordadas neste trabalho, depende da concepção de língua que se adote. Concebendo língua como representação do pensamento, necessariamente o texto é visto como produto desse pensamento lógico. Se língua é entendida como instrumento de comunicação, o texto continuaria sendo visto como simples produto, mas agora resultado da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte. Neste caso, para a compreensão é necessário apenas o conhecimento do código, o contexto é desconsiderado.

Obviamente, nossa visão de texto difere das duas anteriores, já que deixamos clara a concepção de língua por nós adotada. Se língua é interação, o texto é o próprio lugar de interação. Concordamos com Marcuschi (2004) ao afirmar que o texto não é

um produto puro, muito menos um artefato simples e pronto, mas é um processo e pode ser visto como um evento comunicativo sempre emergente. Portanto, o texto está em constante elaboração ao longo de sua história e das várias recepções pelos diversos leitores.

De acordo com essa visão sociointeracionista que adotamos, percebemos o texto como uma atividade de co-construção de sentidos, pois seus falantes ou escritores o articulam em conjunto com seus interlocutores ou os tendo em mente. Portanto, o produtor e o receptor dos textos são interlocutores engajados no processo de construção de sentido. Por isso, o sentido não é anterior, mas é construído durante a interação texto-sujeitos. Sendo assim, o processo de coerência, como assegura Koch (2002: 17):

Deixa de ser visto como mera propriedade ou qualidade do texto, passando a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a construir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos .

Desta forma, a coerência não é um tipo de compreensão unívoca, pois um texto pode ter coerências diversas. Entretanto, concordando com Marcuschi (2004), o texto, embora esteja aberto a diferentes alternativas de compreensão, “não é uma caixinha de surpresas”, há limites interpretativos ou então não nos entenderíamos e como viveríamos em sociedade?

Voltando à **charge I**, notamos que o sentido não está pronto e acabado, mas vai ser construído no momento de interação. Todo o contexto enunciativo é levado em conta neste momento: o suporte de publicação do texto, a data, os elementos verbais e não verbais, etc. Na medida em que vamos percebendo esses elementos, construímos uma compreensão. O sentido do texto, entretanto, não é unívoco, como afirmamos acima, pois se algum leitor não perceber a data de publicação do texto, não irá ligar a figura do militar a Dom Pedro I. Nesse caso, a charge não perde totalmente sua função, o leitor continuará achando-a engraçada, já que o choque entre realidades tão distintas será percebida por ele e a crítica será compreendida parcialmente. Por fim, concordamos com Beaugrande quando afirma ser o texto “um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas” (1997: 10).

I.3. Gêneros Textuais como Ações Sociais

Pretendemos realizar uma ampla discussão sobre gêneros textuais, relacionando idéias de vários pesquisadores. Todos eles, entretanto, partem das reflexões bakhtinianas sobre gêneros e é também a partir das idéias de Bakhtin que iremos iniciar. É na obra “Estética da Criação Verbal” que Bakhtin discute mais profundamente os gêneros do discurso. Para ele, a língua está presente em todas as esferas da atividade humana e parte dessas esferas está em forma de enunciados concretos e únicos. Cada uma delas elabora “seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 1992: 279).

Os gêneros são práticas comunicativas recorrentes nas quais os textos se materializam. Comunicamos-nos através de gêneros textuais, toda a nossa interação verbal é realizada através deles. Portanto, os gêneros são profundamente ligados à vida cultural e social e não podem ser pensados fora da dimensão espaço-temporal. São formas de ação social que resultam de um trabalho coletivo, assim estabilizam as atividades comunicativas do dia-a-dia.

É bom ratificarmos, entretanto, que Bakhtin define gênero como uma “atividade **relativamente** estável”, assim, não são formas fixas que engessam a atividade social. Pelo contrário, eles são maleáveis, plásticos e, como atividade sociocultural e histórica, acompanham o homem em sua natureza inventiva, nas possibilidades que ele cria e nas suas necessidades. Diante disso, podemos analisar historicamente o surgimento dos gêneros. Na sociedade de cultura unicamente oral, a diversidade dos gêneros era restrita. No século VIII, com o invento da escrita alfabética, surgem os gêneros peculiares da escrita. Num terceiro momento, com a explosão da imprensa, há um grande desenvolvimento e aumento do conjunto de gêneros já existentes.

É justamente nesse período de explosão da imprensa que surgem as histórias em quadrinhos, as charges, as caricaturas e os cartuns. A partir de então, praticamente não há jornal no mundo sem seus cartunistas. No caso da charge, temos percebido grandes mudanças ao longo do tempo, principalmente com o advento das possibilidades tecnológicas da televisão e do computador.

Hoje, com a vinda da cultura eletrônica, acontece uma revolução dos gêneros tradicionais e ampliação do número de gêneros. Como exemplo, citamos as charges virtuais que têm possibilidade de animação, além de som. Essa transformação no gênero

ocorre por causa da criatividade humana que possibilita meios como o cinema, a televisão, a internet, etc. Essas inovações fazem com que os gêneros se adequem às possibilidades oferecidas.

Como assegurou Bakhtin, os gêneros são elaborados em uma esfera *de utilização da língua*, tais esferas são hoje chamadas de domínio discursivo. Dentro desses domínios podemos identificar um conjunto de gêneros ligados por funções comunicativas institucionalizadas. Os editoriais, as notícias, as reportagens, as entrevistas, pertencem ao domínio jornalístico; o boletim de ocorrência, inquérito policial pertencem ao domínio policial; assim como cartuns e histórias em quadrinhos pertencem ao domínio humorístico. A charge estaria localizada tanto no domínio humorístico quanto no jornalístico. Todo gênero realiza seqüências tipológicas como narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. É preciso atentarmos para a confusão feita entre as terminologias “gênero textuais” e “tipos textuais”. Enquanto os gêneros são concretos, os tipos são constructos teóricos, são seqüências lingüísticas. Então, um gênero realiza, geralmente, mais de um tipo textual.

I.3.1. Perspectiva sócio-retórica e cultural

A chamada “Escola Norte-americana”, Sócio-retórica ou Nova Retórica é formada principalmente por pesquisadores norte-americanos e canadenses, dentre eles: Charles Bazerman, Carolyn Miller, Chain Perelman, Aviva Freedman, entre outros. A Sócio-retórica surge como resposta ao ensino da composição escrita que, pelo menos até o final do século XIX, estava sob a influência da retórica clássica nas escolas secundárias e nas universidades norte-americanas. A Escola Norte Americana também ia de encontro ao ensino que priorizava a estilística e a correção sintática e gramatical, alertando para a importância dos aspectos pragmáticos. Assim, a Nova Retórica redefine o conceito de gênero e, para isso, baseia-se em seis perspectivas fundamentais:

1. “Virada Retórica”, a qual desenvolve a noção de linguagem como ação simbólica. Segundo Freedman e Medway (1994: 4), a “Virada Retórica” estabeleceu bases para uma pedagogia processual que valorizava, no ensino da composição escrita, o processo em detrimento do produto. Essa guinada ocorre por volta de 1960 nos Estados Unidos, a partir dessa década, houve uma ênfase maior sobre a situação, a ação e o propósito textuais, assim como aconteceu a valorização da escolha lingüística estratégica na produção e análise de textos.

Nessa época, muitos pesquisadores começaram a diversificar os gêneros em suas análises, assim como também passaram a prestar atenção em outros tipos de linguagem além da verbal, como gráficos, diagramas e até mesmo grafitagens. A noção de retórica passa a ser vista sob uma ótica diferente, já que até então simbolizava apenas o uso da língua de maneira rebuscada e intelectualizada. Então, os estudos sobre a argumentação começaram a valorizar mais a construção persuasiva tendo em vista o auditório.

2. Dialogismo, visão interacionista da linguagem, conforme afirmamos no início deste tópico, todas as teorias de gênero aqui abordadas têm como base a noção de linguagem desenvolvida por Bakhtin. Na sócio-retórica isso não é diferente e há uma valorização intensa de gêneros como “ressonância de enunciados com histórias de enunciados anteriores, reconhecíveis como o mesmo gênero” (Bazerman, 2007: 163). Portanto, a língua, dependendo da situação comunicativa, adota a forma de determinado gênero. Os enunciados estão em cadeia com enunciados anteriores. Tais cadeias de enunciados constituem os textos produzidos numa sociedade, os quais agregam histórias pessoais, afetivas, institucionais, sociais, culturais. Bakhtin alertou também para a maleabilidade dos gêneros que podem se encaixar mutuamente ou refletir outros gêneros. Na **charge II**, esse caráter dialógico dos gêneros é extremamente evidente. Tratando das eleições presidenciais que já estavam no segundo turno, a charge evidencia a derrocada do candidato Geraldo Alckmin nas pesquisas. Tal idéia foi baseada nos textos lidos e ouvidos na sociedade os quais traçam toda a situação de

Charge II



(Humberto, Jornal do Commercio, 16/10/2007)

eleições, perspectivas de vitórias e derrotas, ratificando tudo o que apontamos com relação a dialogismo, situacionalidade e contexto sócio-histórico-cultural. Essa charge de Humberto² demonstra muito claramente também a maleabilidade dos gêneros em se misturar e se refletirem mutuamente, já que, em sua construção, o formato de outro gênero é utilizado. Um gráfico constitui o pano de fundo e a caricatura de Alckmin, com a proeminência do nariz, imita um vetor. A expressão do candidato é de tristeza e o vetor/nariz aponta para baixo, integrando-se ao gráfico e indicando sua queda nas pesquisas. Com esse exemplo, podemos perceber todo o dialogismo da linguagem, a qual se manifesta em forma de enunciados “relativamente estáveis”, ou seja, gêneros textuais.

3. Tipificação, outra importante reflexão básica para a teoria dos gêneros na sócio-retórica. “Genre as Social Action”, artigo de Carolyn Miller publicado 1984, é central na construção da noção de tipificação. No início do artigo, Miller deixa clara sua posição sobre classificação de gêneros. Para ela, o estudo dos gêneros não deve se preocupar com a criação de taxonomias baseadas em aspectos materiais para classificar um texto como um determinado gênero. Ao contrário, ela enfatiza os aspectos sociais e retóricos. Portanto, a definição de gênero não deve ser baseada na substância ou na forma, mas na ação. Em outro artigo, em 1994, Miller propõe “gênero como um constituinte importante e específico da sociedade. O aspecto mais importante da sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que instituições exercem.” (1994: 72) Para a autora, os falantes de uma língua criam representações de ações vivenciadas em situações recorrentes. É importante notarmos que aqui não se trata de uma recorrência da configuração material dos objetos, dos eventos e de pessoas, pois sabemos que a situação objetiva, em outras palavras, a enunciação, é única. Na verdade aponta-se para a recorrência como um fenômeno subjetivo, uma ocorrência social, e não pode ser entendida em termos materiais. As representações de ações vivenciadas são cognitivas, mas, ao mesmo tempo, resultantes de experiências sociais através de ações tipificadas. Segundo Miller (1984), a ação humana é baseada e guiada pelo significado, no centro da ação está o processo de compreensão. Antes que

² Humberto de Araújo Pereira é formado em arquitetura e jornalismo e deixa claro em entrevistas seu gosto pela charge sem muitas palavras. Atualmente é chargista do Jornal do Commercio.

possamos agir, nós definimos ou determinamos a situação. O que nos possibilita chegar à compreensão é que o nosso estoque de conhecimento é baseado em tipos de ações recorrentes. Nosso estoque de conhecimento é posto como base para as novas experiências: o novo é transformado em algo familiar através do reconhecimento das similaridades relevantes. A maior parte do nosso estoque de conhecimento é bastante estável, mas não estático. Um novo tipo pode ser formado, mas a partir de tipificações já conhecidas. O processo de tipificação são as recorrências, analogias e similaridades que realizamos em relação às ações sociais presentes em nosso estoque de conhecimento. É a essa tipificação que se chama gênero. As regras e recursos de um gênero promovem papéis discursivos e tipificam as necessidades e exigências sociais. Miller chama a atenção para o fato de que, ao tratar gênero, não está colocando a estrutura em primeiro plano, pois a ação vem antes dela. A estrutura é parte da ação, mas a ação é primária. A estruturação, portanto, não existe fora da ação. Assim, em sua dimensão estrutural, os gêneros são convenções e ordenam recursos retóricos, é através deles que as pessoas realizam seus propósitos e compreendem os propósitos de seus interlocutores. Ao afirmarmos que a produção e a compreensão de gêneros são baseadas em ações recorrentes, estamos defendendo que, ao produzir uma charge, o cartunista parte do conhecimento que possui sobre tal gênero em sua sociedade. A charge é publicada na maioria dos jornais do ocidente diariamente. Por ser uma prática social estabelecida, o produtor deste texto segue uma organização formal esperada pelos interlocutores. Como afirmou Miller, no centro da ação social está a compreensão, então se um cartunista um dia resolver inovar e mudar completamente o formato básico da charge, mudando também sua função, o texto deixa de ser visto e compreendido pelos interlocutores como uma charge. Portanto, a tipificação é uma recorrência necessária de ações para que a sociedade consiga viver como tal ou então ninguém se entenderia.

4. Teoria dos Atos de Fala, segundo a qual, além de transmitirem significados reconhecíveis, como acabamos de ver, os gêneros também realizam atos reconhecíveis. Essa é a principal contribuição da Teoria dos Atos de Fala. Tal teoria foi criada pelo filósofo John Austin (1962), segundo o qual as palavras não apenas significam, mas fazem coisas. Sendo assim, língua é vista como forma de agir no mundo e o contexto é de extrema relevância nessa perspectiva.

Searle, seguidor de Austin, desenvolveu ainda mais a teoria dos atos de fala, aprofundando a análise dos tipos gerais de atos de fala e das condições de felicidade. De acordo com Bazerman (2007: 167):

Os atos realizados pelos enunciados em forma de gêneros estabelecem fatos sociais do que tem sido realizado, bem como fatos sociais de apoio nos significados, situações e orientações. Os fatos sociais são aquelas coisas que as pessoas acreditam ser verdadeiras e, portanto, têm influência sobre como elas definem uma situação e agem dentro dela.

Então, um gênero realiza atos, ou seja, uma charge pode se opor ou apoiar um candidato, concordar ou discordar de uma decisão do técnico da seleção brasileira de futebol, levantar questões sobre alguma decisão ou ação política, etc.

Charge III



(Clériston, Folha de Pernambuco, 15/06/2006)

Na **charge III**, por exemplo, o cartunista Clériston³ se opõe à escalação de Ronaldo Fenômeno e ao fato de Lula estar liderando as pesquisas. Essa charge foi publicada durante a Copa do Mundo da Alemanha e antes do primeiro turno das eleições presidenciais e estaduais. Durante o início da Copa, poucos dias antes da publicação dessa charge, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão promoveu uma conversa, através de uma vídeo-conferência, entre o presidente e

³ Antônio Clériston de Andrade é chargista, professor e músico. Leciona na Universidade Federal de Pernambuco e é chargista da Folha de Pernambuco desde sua primeira edição, mas já trabalhou doze anos no Diário de Pernambuco e quase dois anos no Jornal do Commercio. Atualmente tem se empenhado muito em um projeto de HQCD.

parte da seleção brasileira. Durante a conversa, o presidente Lula fez menção aos comentários da mídia esportiva os quais afirmavam que Ronaldo Fenômeno estaria acima do peso. Sem titubear, Ronaldo respondeu mencionando os boatos de que o presidente seria um “bebarrão”. Essa conversa pairou sobre as páginas dos jornais durante dias e as charges, conseqüentemente, começaram a colocar os dois personagens no mesmo quadro, numa espécie de comparação. Então, afirmamos que a **charge III** se opõe à escalação de Ronaldo, porque isso está claro na manchete do jornal que o próprio Ronaldo segura. A oposição e a crítica ao fato de Lula estar liderando as pesquisas ficam claras com a comparação entre os personagens. A partir disso, fazemos a seguinte inferência: “Fenômeno não joga nada, mas Parreira mantém escalação” “Presidente fenômeno (ex-torneiro mecânico, não tem curso universitário, veio do povo) não joga nada, mas a população o mantém em primeiro lugar na pesquisa”. O não merecimento de estar escalado ou em primeiro lugar nas pesquisas é endossado pela linguagem não verbal: gotinhas na cabeça de Lula e Ronaldo que retratam surpresa, ou seja, nem eles mesmos acham que merecem a escalação ou a presidência.

5. A quinta perspectiva que baseia os estudos da sócio-retórica é a prática entendida como situada, distribuída e mediada. Segundo Bazerman 2007, é central a idéia de que os gêneros são situados, indexicais e disposicionais. De acordo com essa perspectiva, a aprendizagem é constante e se faz a cada interação ao longo da vida. Visto como prática social, o gênero é distribuído entre os participantes, ao mesmo tempo em que é mediado e emergente em meio à configuração de pessoas, ferramentas e formas de atividade. Essa linha de estudo focaliza o modo que gêneros funcionam em interações situadas, como mediam a atividade social, como se formam, como se encaixam, como são produzidos, enfim, como os gêneros são aprendidos e transformados por essas interações.
6. Teoria da Estruturação, desenvolvida pelo sociólogo Anthony Giddens. Carolyn Miller, em seu artigo “Rhetorical Community: The Cultural Bases of Genre” (1994), retoma o trabalho de Anthony Giddens, adotando a teoria da estruturação para desenvolver a sua concepção de gêneros. Segundo a estruturação, as relações sociais são estruturadas no tempo e no espaço. Regras e recursos formam a estrutura social. As regras seriam as estruturas lingüísticas; recursos são a realização das estruturas lingüísticas. Essa estrutura é

compartilhada por membros de uma mesma comunidade, a estruturação, porém não preconiza somente o coletivo, mas também individual, à medida que os sujeitos podem criar estruturas. Ao fazerem isso, estes obviamente não contam com o ineditismo ou criação totalmente original, mas dependem das estruturas já existentes e, em certa medida, as reiteram. Esse movimento pode ser ilustrado com a charge virtual. Com a mudança de suporte, a estrutura reconhecida coletivamente permanece, mas a individualidade dos sujeitos, suas capacidades criativas, ou seja, sua agência fez surgir mudanças na estrutura.

Baseada principalmente nesses seis pontos de vista, fica claro que a Nova Retórica define gênero como *ação social*. Assim, retomamos Bunzen (2004) o qual afirma que os gêneros passam a ser definidos como ações em resposta a contextos sociais recorrentes numa determinada cultura, assim deixando de ser compreendidos como tipos de texto com suas regularidades lingüístico-textuais e isso não quer dizer que os elementos textuais são ignorados, mas são observados sob um outro ângulo.

Por isso, a Sócio-retórica busca, na teoria Bakhtiniana, privilegiar temas que tratam as questões sociais e culturais, como as noções de dialogismo, interação, intertextualidade e carnavalização.

Bazerman (2007) aponta três recentes perspectivas sobre a noção de gênero, a primeira como texto, a segunda como retórica e a terceira como prática. A primeira abordagem define os gêneros de acordo com traços textuais, ou seja, focando a linguagem, o estilo e a organização textual. “Dessa perspectiva, as questões centrais se baseiam não no que um gênero é, mas em como os gêneros são textualmente realizados, especialmente através de meios lingüísticos e organizacionais” (Bazerman, 2007: 157). Então, os gêneros são analisados segundo seu aspecto formal em detrimento da função social.

A segunda perspectiva, embora considere gênero como retórica, ainda focaliza os traços textuais, mas os considera como partes de uma situação sócio-retórica. Assim, interessa-se pelas intenções e propósitos autorais, exigências contextuais e recursos intertextuais, enquanto que os traços textuais traçariam caminhos apenas psicológicos para guiar a audiência.

A terceira perspectiva caracteriza gênero como prática social. O grande diferencial desse ponto de vista é ressaltar a propriedade dinâmica e fluida dos gêneros. De acordo com Bazerman (2007: 158),

A qualidade genérica de um texto pode ser mudada não apenas pela forma textual, mas por processos de produção, recepção e distribuição; relações com as condições material, social e intertextual; uso dentro de atividades; ou muitos outros aspectos da situação e atividade mediados pelo texto.

No artigo “Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions”, Bazerman (1994) desenvolve muito claramente essa terceira perspectiva apresentando uma metáfora de uma complexa máquina social. Os gêneros são as alavancas. Nós, falantes, ao reconhecermos e usarmos gêneros praticamos uma ação social. Isso faz a máquina funcionar. A máquina só funciona porque participamos dela, usando sua engrenagem de gêneros sistematicamente articulados. Portanto, a máquina não pode nos dirigir, pois somos nós que a fazemos funcionar.

Nossas ações na sociedade pressupõem textos específicos que se articulam num sistema complexo. Essa especificidade dos textos para determinada ação, como já vimos, é o que Bazerman chama de tipificação. Essas formas típicas são os gêneros. “O processo de mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e de uma compreensão padronizada de determinadas situações, é chamado de tipificação.”(Bazerman, 2006a: 30)

Outra importante reflexão que Bazerman (2006a) faz é sobre os sistemas de atividades humanos. Segundo ele, os diversos textos se acomodam em conjuntos de gêneros que se organizam em sistemas. Conjunto de gêneros é a coleção de textos que uma pessoa produz num determinado papel social. Sistema de gêneros diz respeito às relações que os gêneros possuem entre si. Por exemplo, um chargista, em seu papel social de artista / jornalista gráfico, pode produzir uma ilustração, um cartum, uma tira, uma charge. Nessa esfera social, enquanto chargista, esse é seu conjunto de gêneros. Ao produzir uma charge, entretanto, primeiro ele lê ou ouve notícias, depois produz sua primeira versão, envia ao jornal. Se o jornal der o aval positivo, a charge é publicada; se não, uma nova charge é produzida. Há, nesse caso, uma relação entre pelo menos três textos produzidos por pessoas diferentes, mas que formam um sistema de ações. Assim, Bazerman (2006a) defende que devemos considerar esse sistema de atividades ao lado dos sistemas de gêneros, pois, dessa forma, estaremos considerando gêneros como ação e não textos com fins em si mesmos.

I.3.2. Noção de Agência

Considerar gênero como ação social, implica a reflexão sobre agência. Se gênero é ação, quem pratica essa ação? De que maneira? Se gênero é ação, é, portanto, ferramenta de agência. A agência de que tratamos aqui não é somente aquela considerada pela gramática normativa em que o agente da frase é o sujeito ativo. Também não se restringe ao conceito tratado tradicionalmente pela psicologia em que agência diz respeito somente a personalidade ou criatividade. Tampouco concordamos com os historicistas tradicionais, os quais asseguram que o povo tem voz coletiva e apenas homens que realizaram grandes feitos são agentes. Neste estudo, adotamos a definição de Laura Ahearn que afirma ser agência “a capacidade socioculturalmente mediada de agir” (2001: 112). A partir dessa definição, podemos voltar à metáfora da máquina social usada por Bazerman (1994). Ao mesmo tempo em que os agentes são alavancas que movimentam a engrenagem e fazem a máquina (sociedade) funcionar, estão dentro do funcionamento dela e movimentam-se de acordo com ela.

Em “Agency in Language”, Alessandro Duranti afirma que agência é a “propriedade daquelas entidades que têm algum grau de controle sobre seu próprio comportamento, cujas ações no mundo afetam outras entidades (e às vezes as suas próprias), cujas ações são objetos de avaliação.” (2004: 453). Quanto ao grau de controle sobre o comportamento, Duranti alerta para não confundirmos com intencionalidade, pois, se assim o fosse, as instituições estariam fora da discussão sobre agência. Instituição não possui intenção, mas possui poder, é, portanto, agente. Duranti explica ainda que as ações são avaliadas em três etapas:

1. palavras utilizadas para a construção do self, movimento subjetivo.
2. como as palavras de alguém podem contribuir através da construção dos atos e atividades de uma cultura.
3. como as palavras de alguém podem expor seu conhecimento.

Em outra importante reflexão, Duranti afirma que alguns estudiosos da linguagem se preocupam muito com a ação e não percebem que a linguagem é, antes de **fazer**. Segundo ele “é a língua por si, como faculdade humana, antes do significado das palavras, que é suficiente para a agência como afirmação do eu” (2004: 455)

Com um enfoque um pouco diferente do de Duranti, Ahearn (2001), como Miller (1994), retoma a teoria de estruturação de Giddens para discutir agência. Diante dessa linha de pensamento, como abordamos no tópico anterior, as estruturas sociais

influenciam ações e são, ao mesmo tempo, criadas ou recriadas por ações. “As ações humanas são centrais, mas nunca são consideradas em isolamento das estruturas sociais que as moldam.” (Ahearn, 2001: 117)

Ahearn desconstrói duas suposições: a de que agência seria a realização de um desejo livre, uma liberdade total de ação na sociedade; e a de que agência seria sinônimo de resistência. Se uma ação é realizada por indivíduos de uma comunidade que possui leis, regras, estilo de vida, é obvio que suas ações são regidas pela cultura, pelas crenças de uma sociedade em tempo e espaço determinados. Agência também não é só resistência, resistência é uma das muitas formas de agência.

Observando mais de perto o conceito de agência que a teoria da estruturação propõe, segundo Giddens (2003), temos que todo agente é motivado a uma ação, racionaliza essa ação e a monitora reflexivamente. Em qualquer ação social, o agente monitora e regula sua ação, assim como espera que todos os outros atores sociais façam o mesmo. A ação social é rotineiramente racionalizada, a não ser que haja um ato falho ou um lapso, já que os atores mantêm o conhecimento das bases formais e funcionais de suas atividades sociais. Se não fosse assim, as pessoas não conseguiriam explicar o que fazem em seu cotidiano social. Não estando tão diretamente vinculada à continuidade quanto a monitoração reflexiva ou a racionalização, a motivação relaciona-se mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é de fato executada pelo agente. Normalmente, os motivos provêm de planos ou programas globais a partir dos quais grande parte das condutas é encenada. É importante observar, porém, que essa conduta cotidiana, em geral, não é conscientemente motivada. Uma vez que as ações em sociedade fazem parte do nosso repertório de conhecimento, grande parte das nossas ações não tem motivação consciente. Giddens (2003: 10) define agência com as seguintes palavras:

“Agência” não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar... “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido.

Charge IV



(Humberto, Jornal do Commercio, 08/10/2007)

Quando definimos agência, tratamos do próprio agir em sociedade. Admitimos que as estruturas sociais, dentre elas os gêneros textuais, são relativamente estáveis e, na medida em que um ser humano se desenvolve em determinada sociedade, ele reproduz as estruturas aprendidas em seu cotidiano. A simples reprodução dessas estruturas o faz agente. No caso da **charge IV**, o cartunista constrói uma opinião sobre um fato, obviamente ele possuía uma intenção, entretanto, não é só sua intenção que o faz agente, mas sim sua ação social por meio de um texto.

Essa charge foi publicada durante as eleições presidenciais em segundo turno. Com a disputa reduzida a apenas dois candidatos, houve uma busca por apoio ou coligação entre os partidos que não estavam mais na competição. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) estava bastante dividido, com alguns candidatos querendo apoiar Alckmin e outros preferindo aderir à campanha de Lula. Os presidenciáveis, por sua vez, tentavam obter o apoio agradando os políticos do PMDB, não se sabe ao certo, mas provavelmente com promessas de privilégios caso fossem eleitos.

A intenção de Humberto, ao produzir essa charge, possivelmente é de criticar de forma irônica tanto as atitudes dos candidatos quanto as do PMDB. Mesmo que o auditório dessa charge não concorde com a opinião de Humberto, ele não deixa de ser

agente. Não é porque uma parte de seus interlocutores discorda dele que ele deixa de agir. Pode acontecer ainda que algum leitor tenha uma outra compreensão do texto, não percebendo a intencionalidade do chargista, mas, como já vimos, agência não é sinônimo de intencionalidade.

Após toda a nossa discussão sobre ação social e agência, fica claro que a abstinência de agência não existe, pois o simples viver em sociedade acarreta agência. Mas, mesmo a agência sendo o simples agir, mesmo existindo a tendência reprodutiva do hábito social, não podemos negar que o ser humano é extremamente criativo. O homem não é um mero reprodutor de estruturas, ele possui poder inventivo. Na **charge IV**, Humberto reproduz a estrutura do gênero textual, mas sua criatividade não é anulada. Ao tratar a disputa entre Lula e Alckmin pelo apoio do PMDB, o chargista decidiu transformar tal partido em uma casa de mulher ou mulheres, quem sabe até mesmo um prostíbulo, enquanto que os candidatos à presidência aparecem como galanteadores em busca de uma dama.

Charge V



(Samuca, Diário de Pernambuco, 05/10/2006)

Na **charge V**, o mesmo assunto é tratado dias antes pelo chargista Samuca do Diário de Pernambuco. Novamente a estrutura social, ou seja, o gênero charge é reproduzido, no entanto, pela simples comparação entre a **charge IV** e a **charge V**, percebemos que a individualidade e a subjetividade do ator social fazem parte de suas ações.

Samuca representa a busca de Lula e Alckmin pelo apoio do PMDB com a caricatura dos dois candidatos, numa mesa de um restaurante, com champanhe e taças e um lugar reservado ao PMDB. Provavelmente, o cartunista está criticando a bajulação dos candidatos ao representar uma mesa de negociação que até champanhe tem. Durante a produção do texto, diante dos textos que leu e escutou sobre o assunto, com toda a sua vivência social e conhecimento de mundo, Samuca decidiu organizar sua crítica com os elementos verbais e não verbais que usou na **charge V**. Assim também Humberto construiu seu texto de acordo com suas decisões para formular a crítica.

Essa individualidade dos autores é permitida e até necessária para a realização de algumas ações sociais, como, por exemplo, a charge. Entretanto, nem todos os gêneros possuem essa mobilidade, no preenchimento de um formulário, por exemplo, o texto é praticamente invariável. Porém, em todo caso, os atores sociais permanecem agentes, já que seus textos são motivados pelos seus desejos e intenções.

É importante notarmos, por fim, que as instituições sociais são organizadas de forma que, em algumas situações de interação social, há uma relação de dependência e autonomia entre autores. As charges, por exemplo, são publicadas em jornais impressos ou televisivos e na internet. Os jornais e sites são instituições que possuem ideologia, conceitos, concepções, os quais são impostos a todos os integrantes dessas empresas. Caso algum jornal impresso apóie determinado partido político e um chargista construa um texto em que critica um integrante deste partido, provavelmente essa charge não será publicada. Portanto, há um controle exercido por uma instituição que possui poder para influenciar, de certa forma, na subjetividade do autor.

Enfim, voltamos a afirmar que agente é todo ser humano que pratica ações sociais. Ao praticar essas ações, os agentes reproduzem estruturas sociais, mas não deixam de ser seres criativos e inventivos, ou, do contrário, não teríamos a sociedade evoluída que temos hoje. Alguns gêneros textuais, tais como bulas de remédio, manuais de instruções, notícias de jornais diários, entre outros, possuem formas mais fixas, não permitindo que se desenvolva a criatividade e a subjetividade do autor. Além disso, na sociedade, existem organizações de controle e submissão em que alguns regulam a ação dos outros.

I.3.3. Charge: ação social

Se gênero textual é ação social e a charge é um gênero, como todo o arcabouço teórico desenvolvido no tópico anterior incide sobre ela?

Na interação lingüística, o homem cria diversos modos de comunicação ao longo da história. Essa criação é totalmente relacionada ao contexto sócio-histórico-cultural. A charge, como meio de comunicação de massa, foi possível graças ao desenvolvimento da imprensa, assim também os chamados *comics*, os quais inauguraram a técnica de articular a imagem às falas dos balões. Nos Estados Unidos, os *comics* nascem com *The Yellow Kid* de Outcault, em 1895. A História em Quadrinhos (HQ) surge pelo interesse no aumento de vendagem dos jornais. Assim, a necessidade de atrair novos leitores torna a imprensa norte-americana extremamente competitiva, usando como ferramenta os quadrinhos. Estes eram publicados num suplemento nos jornais de domingo. Em 1907, com o objetivo de publicação diária, criou-se uma HQ cuja unidade máxima de compreensão consistia em uma tira. Poucos quadros são dispostos lado a lado como uma fila indiana. No início, as tirinhas eram feitas em preto e branco com custo menor, assim tiveram repercussão no mundo todo. As charges, concomitantemente a esse processo de valorização da imagem articulada à linguagem verbal com o objetivo de aumentar as vendagens, recorrendo ao fascínio que o desenho sempre desencadeou no homem, tiveram grande desenvolvimento como forma bem humorada de esboçar críticas geralmente políticas.

Portanto, os gêneros não aparecem desarticulados dos contextos situacionais, pelo contrário, são produtos dele. Desde meados do século XIX, os meios de comunicação vêm sendo cada vez mais inovadores. Primeiro ocorreu o surgimento da imprensa, possibilitando uma comunicação em massa, além de, como já vimos, combinações entre linguagem verbal e não-verbal. Nesse século também o alemão Hertz criou o rádio. No século passado, o cinema e a televisão foram criados e, nas últimas décadas, inventou-se a internet. Durante esse período, há uma verdadeira revolução nos acessos à comunicação.

Com todas essas invenções, novas esferas de comunicação são criadas, possibilitando o aparecimento de novos tipos de enunciado estáveis, ou seja, gêneros. É diante dessa evolução comunicativa que as charges, assim como tantos outros gêneros, surgem e se modificam de acordo com a situação histórico-cultural e com as inovações tecnológicas. A partir dessa evolução, vemos surgir as charges virtuais, divulgadas pela

internet e pela televisão. Como discutimos anteriormente, embora o homem reproduza estruturas sociais, ele possui criatividade e é justamente esse poder inventivo que faz com que os gêneros sejam estruturas maleáveis as quais podem se adequar às possibilidades sócio-históricas.

Charge VI



(Miguel, Jornal do Commercio, 10/06/2006)

A **charge VI**, de Miguel⁴, foi publicada um dia após a fatídica vídeo-conferência entre Lula e parte da seleção. Como explicamos ao analisar a **charge III** (página 16), durante a vídeo-conferência, Lula perguntou a Ronaldo se ele estava realmente gordo e Ronaldo respondeu perguntando se o Presidente realmente bebia em demasia como a imprensa afirmava. Esse assunto pairou sobre os meios de comunicação em massa durante uma semana, mais ou menos. Sobre esse mesmo tema, a charge virtual⁵ reproduzida a seguir comprova o que vínhamos afirmando a respeito da maleabilidade dos gêneros de acordo com o contexto histórico e com as possibilidades tecnológicas.

⁴ Miguel Falcão é graduado em Design pela UFPE, publica charges e ilustrações no Jornal do Commercio desde 1989. Participou de vários salões de humor nacionais e internacionais, sendo premiado em 1º lugar no II Salão Carioca de Humor.

⁵ Para mais informações sobre charge virtual, indicamos a dissertação de mestrado de Helga Vanessa Assunção de Souza “A charge Virtual e a Construção de Identidades”, defendida em março de 2007 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

Charge VII⁶



⁶ A versão desta charge com som gravada em CD está anexada no final deste trabalho.











31



(Maurício Ricardo, charges.uol.com.br Publicação: 17/06/06, site consultado em 06/11/2006)

A charge virtual apresenta várias cenas de animação para configurar sua crítica. Divulgadas pelo site charges.uol.com.br, as charges de Maurício Ricardo⁷ podem ser

⁷ Maurício Ricardo Foi [baixista](#) e [jornalista](#), e começou o site de charges por diversão. Quando começou a dar lucros, abandonou um emprego em um diário de Uberlândia. Além de desenhar (e animar, ele [dubla](#) e toca a música de fundo.

vistas com som ou com legenda. Para nossa análise, em um trabalho impresso, precisamos copiar o modo com legendas, com isso, no entanto, perdemos o som, importante modo para nosso estudo. A **charge VII** versa sobre o mesmo assunto que a **charge VI**, esta, porém, só conta com as possibilidades de impressão oferecidas pelo jornal – que nesse caso permite o uso das cores –; enquanto aquela pode combinar vários modos, como a cor, o movimento da animação, o som, o jogo de câmeras e a linguagem verbal.

Estamos diante do mesmo gênero sendo divulgado em suportes diferentes: o jornal impresso e um site eletrônico. O suporte é responsável pela circulação dos gêneros na sociedade e influi no modo de apresentação deles. Com a mudança para suportes eletrônicos, constatam-se grandes diferenças no gênero em estudo. Este, na versão impressa, consistia em um ou dois quadros e poderia ou não usar linguagem verbal. No meio eletrônico, as charges iniciam em um quadro, mas muitas vezes exibem outros, como um desenho animado. Quando permanecem em um único quadro, há mudança de angulação da câmera, que é o caso da **charge VII**. Mesmo com todas essas diferenças, endossamos que a charge impressa ou virtual constituem o mesmo gênero. Com a mudança do suporte, houve uma alteração no aspecto formal e no modo de abordagem dos assuntos, já que há mais espaço para o desenvolvimento do texto. No entanto, a função do gênero continua sendo a mesma: crítica humorística relacionada a acontecimentos recentes. Ademais, os próprios cartunistas que produzem charges virtuais, como Maurício Ricardo, por exemplo, nomeiam seu texto de charge, criando até algumas categorias como as charge-okê, nas quais a linguagem verbal é uma paródia musical.

Maurício Ricardo, no exemplo apresentado, constrói sua crítica através de uma entrevista, é a série “Tobby Entrevista”. Essa intertextualidade intergenérica – ou seja, quando um gênero toma a forma de outro, mas não perde sua função sócio-comunicativa – pode ocorrer em charges impressas também, como vimos na **charge II** (página 13). Isso ocorre devido à maleabilidade dos gêneros que podem se misturar e se refletirem mutuamente. A entrevista por meio da vídeo-conferência ocorre em um único quadro que reproduz o Gabinete Presidencial em Brasília. No diálogo entre os entrevistados, há muitas alfinetadas que fazem alusão a fatos que ocorriam na época.

Logo no início, “Ronalducho” faz referência a seu casamento que foi realizado em um castelo, com toda a pompa possível, mas foi um fiasco, pois houve briga na festa e o relacionamento durou pouquíssimo. Em seqüência, Lula é posto contra a parede quando é questionado sobre o fato de ter perdido vários ministros, os quais foram acusados de envolvimento com corrupção. Logo depois, Lula cita uma frase dita pela atriz Regina Duarte no horário eleitoral gratuito do PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro), em que afirmava estar com medo de que o presidente candidato à reeleição não desse continuidade ao Plano Real e de que não realizasse nenhuma de suas promessas sociais. Nessa charge, remete-se também ao mensalão e a Marcus Valério, acusado de ser o financiador do esquema que pagava mesadas aos deputados para apoiarem o governo na Câmara. Um outro personagem televisivo é também citado: Bussunda, comediante que imitava Ronaldo Fenômeno e que faleceu durante a copa de 2006, porém o Lula da charge afirma ser Ronaldo o cover de Bussunda.

Todas essas alusões a outros textos que circulavam na sociedade brasileira naquele momento evidenciam a idéia de dialogismo defendida por Bakhtin. Esse fato não é observado apenas na charge virtual, mas também na charge impressa. Pagliosa (2005) alerta até mesmo para as relações intertextuais da charge com outros textos da mesma edição do jornal. Geralmente essas relações ocorrem com manchetes da primeira página, já que reúnem os temas mais importantes da publicação. Quando encontra a charge, o leitor normalmente já leu algumas das notícias da primeira página, isso facilita as inferências dos intertextos para a construção de sentido. A capa de jornal reproduzida abaixo comprova essa idéia.

Exemplo I – Dialogismo com capa de jornal



“Irritado com a cobrança sobre sua forma, Ronaldo deu o troco e nem Lula – que perguntou se o atleta estava gordo – escapou. Ele culpou a imprensa e disse que assim como falavam de sua forma física, também comentam que o presidente bebe muito. Lula enviou um fax ao craque para encerrar o assunto. No coletivo, com Ronaldo, os titulares ganharam dos reservas por 3x0”.

(Jornal do Commercio, 10 de junho de 2006)

Com esse exemplo, evidenciamos claramente o dialogismo na linguagem. Entendemos que os enunciados estão em cadeia com enunciados anteriores produzidos numa sociedade. A **charge VI** (página 26) está em total consonância com o jornal televisivo que transmitiu a vídeo-conferência, com o Jornal do Commercio, meio em que foi publicada e com os diversos textos que começaram a circular entre os brasileiros naqueles dias. Além disso, essa charge, com o balão pensamento de Lula, ainda faz alusão às questões da campanha presidencial, em que alguns integrantes do PT (Partido dos Trabalhadores) foram acusados de transações ilícitas para obtenção de votos. Na **charge VII** (página 27), talvez por haver mais espaço, textos de diferentes

contextos são referidos, do contexto político com a alusão ao mensalão, ao contexto mais social, como o casamento do jogador e a competência de um humorista.

Outra idéia desenvolvida por Bakhtin é o fato de os gêneros serem elaborados numa esfera de utilização da língua. Como já afirmamos, essas esferas são hoje chamadas domínios discursivos. A charge está presente no domínio humorístico e jornalístico, como veremos nos tópicos seguintes.

Ainda sobre a teoria dos gêneros, a Escola Norte-Americana destaca, em sua discussão, a Teoria dos Atos de Fala. Essa teoria endossa o fato de que, além de transmitirem significados reconhecíveis, os gêneros realizam atos reconhecíveis. Tendo em vista que não apenas significam, mas fazem coisas, podemos considerar que a **charge VI** (página 26) realiza uma crítica às atitudes dos integrantes do PT e ao próprio Lula, já que não escolhe bem as pessoas que trabalham com ele.

Outra importante teoria no estudo de gêneros é a Estruturação. Afirmamos anteriormente que as relações sociais são estruturadas no tempo e no espaço, essa forma estruturada constitui o gênero textual. É a partir desse ponto de vista que a noção de tipificação surge. Além de serem estruturadas, as ações são recorrentes nas práticas sociais. A essa recorrência de estrutura nós chamamos ação tipificada. É por isso que podemos classificar um texto como determinado gênero. Por exemplo, é por causa da tipificação estocada em nosso conhecimento que identificamos um texto como uma conferência, ou como uma carta, ou uma crônica, uma reportagem, uma história em quadrinhos, um aviso, uma charge, etc. Essas ações, por serem tipificadas, são compreendidas pelos integrantes de uma sociedade, os quais agem e reagem a partir dessa compreensão. Caso não houvesse a tipificação, os atores sociais não se entenderiam, não saberiam o que os outros estavam fazendo e não saberiam como reagir. A **charge VI**, por exemplo, não é produzida aleatoriamente, sem nenhuma organização recorrente. Pelo contrário, ela repete um tipo de modelo utilizado pelos chargistas de maneira geral: é construída por personagens caricaturadas, a linguagem verbal utiliza-se da técnica dos balões de fala, faz uma crítica política através do humor, e realiza uma série de outras características, as quais desenvolveremos no tópico seguinte. Portanto, tanto como produtores, quanto como leitores/ouvintes, nos comunicamos através de ações tipificadas, organizadas em gêneros textuais.

Ao mesmo tempo em que as ações sociais são recorrentes, estruturadas e tipificadas, o homem é criativo. Como vimos, os atores sociais são agentes, pois agem socialmente. Nessa ação, o homem não se restringe à mera repetição, mas é criativo.

Então, enquanto repete ações, as reinventa, as mistura, as reitera, etc. É isso que identificamos na comparação entre a **charge VI** e a **charge VII** (página 27). Já constatamos as mudanças ocorridas entre uma charge e outra, mas o interessante é que a partir do momento em que imagem, som, cores, animação podem se combinar, o homem inventa novas formas tipificadas de agir e reinventa gêneros que já existiam. Portanto, a charge virtual tem a mesma função comunicativa de uma charge impressa, mas sua forma é diferente.

I.4. Caracterizando a charge

I.4.1. Charge, Caricatura e Cartum

Para que não haja confusões terminológicas, achamos oportuno diferenciarmos a charge do cartum e da caricatura, já que essa distinção ainda traz dúvidas às pessoas.

A charge e o cartum são esteticamente parecidos. Ambos utilizam o humor para fazer crítica. Para que haja compreensão desses gêneros, é necessário o conhecimento do assunto tratado e do contexto. É mais comum encontrá-los isolados, mas podem aparecer em seqüências curtas. Normalmente combinam imagem e texto, entretanto é possível apresentarem-se apenas através de imagens.

A charge transmite informações que envolvem fatos e é, ao mesmo tempo, um texto crítico. É a representação gráfica de um assunto conhecido dos leitores segundo a visão crítica do desenhista ou do jornal. Quanto à forma, a charge representa figuras existentes no mundo real. Assim, caricaturas e símbolos são utilizados e não desenhos lúdicos, fantasiosos. É necessário ter detalhes que forneçam dados suficientes para a compreensão do leitor, tais como a caracterização do ambiente e as marcas simbolizando o tema. É a crítica humorística de um fato específico, atual e não atemporal.

Já o cartum é uma anedota gráfica, não insere personagens reais ou fatos verídicos, entra no meio fantasioso e é mais atemporal que a charge. Como as histórias em quadrinhos, não possui limites de tempo e espaço. Representa uma expressão criativa do cartunista que penetra no domínio da fantasia. O cartum tem espaço para a representação gráfica do imaginário. Segundo Pagliosa (2005: 116), “o cartum é voltado para a crítica de costumes, focalizando uma realidade genérica e por isso mesmo

atemporal, isto é, desconhece os limites do tempo que a crítica a personagens, fatos e acontecimentos políticos impõem.”

Quanto à caricatura, esta é definida como um exagero proposital das características de um indivíduo. Essa caracterização é tão exagerada que se torna grotesca, cômica. É importante observarmos que a charge e a caricatura não se excluem, pois, como vimos, esta é elemento constituinte daquela.

I.4.2. Finalmente, o que são charges?

A charge encontra-se na página de opinião, de editoriais, ou mesmo na primeira página dos jornais porque transmite informações que envolvem fatos, mas é, ao mesmo tempo, um texto crítico e humorístico. É a representação gráfica de um assunto conhecido dos leitores segundo a visão crítica do desenhista ou do jornal. Quanto à forma, as charges representam figuras com possibilidades existentes no mundo real. Assim, na maioria delas, são utilizadas caricaturas e símbolos e não desenhos lúdicos, fantasiosos. Em sua construção, é necessário ter detalhes que forneçam dados suficientes para a compreensão do leitor, tais como a caracterização do ambiente e as marcas simbolizando o tema tratado.

As charges podem ser constituídas apenas por linguagem não verbal, mas é mais comum apresentarem linguagem verbal e não verbal ao mesmo tempo. A linguagem verbal geralmente aparece dentro de balões, representando a fala ou o pensamento das personagens. Na **charge VIII** (página 40), há a fala da cegonha, na **charge VI** (página 26), há a fala de Ronaldo e o pensamento de Lula, caracterizado pelo balão pensamento, o qual tem forma de nuvem. É comum a linguagem verbal aparecer também em forma de legendas ou representando ruídos e sons (onomatopéias). Segundo Pagliosa (2005: 121), “é o uso de onomatopéias que confere à charge um caráter de discurso audiovisual, permitindo uma comunicação mais realista e direta”. Muitas vezes, as palavras que compõem as onomatopéias possuem uma multimodalidade bastante evidente, uma vez que podem aparecer com letras maiores ou menores, coloridas ou imitando alguma figura, imagem ou símbolo, é o que vemos na **charge IX** (página 42) com o grito de Gol de Ronaldo Fenômeno. O chargista, ao usar as onomatopéias, pode usar as já conhecidas pela comunidade ou inventar novas formas de representação sonora. As legendas aparecem normalmente no topo do quadro chárigo, ou

centralizado ou à esquerda. Elas determinam, em geral, tempo e espaço. Na **charge VIII**, por exemplo, a legenda determina o tempo quando informa que é dia dos pais.

Como gênero textual estabelecido na nossa sociedade, a charge é uma forma padronizada e reconhecível. Não afirmamos, porém, que ela seja totalmente formalizada e imutável, como já esclarecemos acima e concordamos com Bazerman (2006a: 48-49) quando afirma que:

A criação de cada autor de um texto num gênero identificável é tão individual em suas características que o gênero não parece fornecer meios adequados e fixos para descrever a realização individual de cada texto sem empobrecimento. Tentativas de reforçar a uniformidade de gênero têm sido vistas sempre como restrições à criatividade e à expressão [assim como também à agência].

Ao compararmos as **charges VI** (página 26) e **VII** (página 27), mostramos as grandes mudanças que podem ocorrer ao longo do tempo, principalmente com o advento das possibilidades tecnológicas da televisão e do computador. Então, com as charges virtuais, que têm possibilidade de animação, além de som, o tão característico balão de fala tornou-se dispensável, já que os personagens literalmente falam. Quanto à representação das personagens, estas são sempre caricaturadas, porém, algumas charges virtuais têm usado animações lúdicas que não remetem a nenhuma pessoa real, mas a alguma situação ou fato que se quer criticar. Esses fatos corroboram com a natureza plástica dos gêneros, já que estes são resultados de práticas de ações sociais marcadas histórico-temporalmente. Os gêneros acompanham o homem em sua natureza inventiva, nas possibilidades que ele cria e nas suas necessidades.

Já deixamos claro que concebemos gênero textual como ação social, pois quando eles são produzidos, fatos sociais se realizam. Assim, os gêneros são parte e se encaixam em atividades socialmente organizadas. A charge é parte do processo de atividade, geralmente, do jornal diário e do leitor desse jornal. Nem sempre o chargista trabalha dentro do jornal, às vezes ele é contratado, mas trabalha no seu próprio computador e envia a charge por e-mail. No entanto, precisa estar envolto às notícias que nortearão a temática da charge. O chargista, na verdade, é um jornalista, à medida que a charge não deixa de ser um texto noticioso. Ela é produzida em meio a um momento histórico-cultural e é, ao mesmo tempo, resultado dele. Dessa forma, cabe a ela também o papel de registro histórico. Quanto ao leitor, este vai às páginas de

editoriais para saber as opiniões dos diversos articulistas, dos leitores que enviam cartas ou da própria redação do jornal. Dentre os diversos textos construídos apenas por linguagem verbal, está a charge utilizando outra modalidade da linguagem. Assim, o objetivo do leitor da charge é saber a opinião crítica e bem humorada do chargista a respeito de algum fato.

I.4.3. Intertextualidade e polifonia: um emaranhado de informações no texto chárstico

As charges, como afirmamos, são geralmente publicadas nas páginas de opinião e, em termos de conteúdo, são tão ou até mais densas que outros textos opinativos, como artigos, cartas e editoriais. Elas atraem o leitor justamente por condensarem informações numa leitura rápida. A compreensão de uma charge, tendo em vista essa condensação de informações, depende de um conjunto de dados e fatos contemporâneos no momento em que se estabelece a relação discursiva entre o produtor e o receptor. Essas informações presentes nas charges são relacionadas através da intertextualidade e de polifonia, portanto, para o entendimento do gênero, o leitor deve recuperar as diversas vozes e os diversos intertextos ali presentes.

Charge VIII



(Samuca, Diário de Pernambuco, 13/08/2006)

No dia dos pais, em 2006, Samuca publicou esta charge no Diário de Pernambuco. É perceptível nela a condensação de informações, as quais listaremos abaixo:

1. Legenda: data comemorativa em homenagem aos pais.
2. Cegonha: historinha criada para explicar às crianças como surgem os bebês.
3. Balão de fala da cegonha: deslealdade e irresponsabilidade de alguns pais em negarem a paternidade a seus filhos.
4. Bebê-sanguessuga: alusão ao esquema fraudulento descoberto pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, e que se baseava na venda irregular de ambulâncias em pelo menos 11 Estados brasileiros, envolvendo o nome de 64 parlamentares - um senador e 63 deputados.
5. Prédio do congresso nacional: alusão os deputados e senadores.

Para que haja compreensão desse texto é necessário que o leitor recupere todos os intertextos, todas as informações acima listadas. Vemos que todas essas informações são contemporâneas à época e são relacionadas de forma criativa para estabelecer uma crítica bem humorada. A principal crítica é ao fato de políticos não assumirem a participação no esquema de corrupção.

Então, os textos não aparecem sozinhos, mas numa relação com outros textos, é isso que, em sentido amplo, tanto Koch (2004), quanto Bazerman (2006b) consideram intertextualidade. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1992), Bahktin faz algumas reflexões sobre a influência que os textos exercem uns sobre os outros, mas o vocábulo “intertextualidade” foi usado pela primeira vez por Julia Kristeva (1974). Intertextualidade para Kristeva é um mecanismo segundo o qual nos inserimos no contexto social e através do qual o texto social se insere em nós. As reflexões bahktinianas sobre este assunto iniciam-se quando ele discorda da teoria de Saussure de que a língua, no âmbito sincrônico, deveria ser estudada, mas não no âmbito diacrônico. Assim, Bahktin considera que todo discurso construído na história da língua é resultado de discursos anteriores e esse conjunto de discursos constrói a história.

Segundo Koch (2004), existe uma intertextualidade em sentido amplo, ao que também chama polifonia, e uma intertextualidade em sentido estrito. O primeiro tipo constata a presença de discursos na construção de textos e o segundo tipo caracteriza-se pela presença implícita ou explícita de um intertexto. A intertextualidade é explícita quando, no texto, informa-se a fonte do intertexto. Por exemplo, em citações, em resumos, resenhas, em referências. Um bom exemplo de intertexto explícito é a obra “Quadrões” de Maurício de Sousa. Maurício retrata famosas obras de arte substituindo algumas figuras por seus personagens, no entanto a obra de arte original – texto fonte – é apresentada junto aos “Quadrões”.

Intertextualidade implícita ocorre quando o intertexto é exposto sem nenhuma menção à fonte. Neste caso, existem duas possibilidades, ou seguir a direção argumentativa do intertexto, apoiando-a ou endossando-a; ou colocá-lo em questão, argumentando em sentido contrário. Nesse segundo caso de intertextualidade implícita, ou seja, com valor de subversão, a inferência do intertexto é crucial para a construção de sentido. A charge apresenta fundamentalmente esse tipo de intertextualidade, a começar pelas caricaturas. O texto fonte, nesse caso, é a própria figura caricaturada, se esta não for reconhecida, a compreensão é comprometida.

Charge IX



(Miguel , Jornal do Commercio, 24/06/06)

Esta charge, publicada em junho de 2006, durante a copa do mundo, tem como foco central a caricatura de Ronaldo Fenômeno. Durante toda a copa, Ronaldo foi acusado de estar acima do peso. Através da caricatura, o cartunista diz que, ao fazer o primeiro gol, Ronaldo é visto como magro. Toda a compreensão deste texto depende da ativação dos conhecimentos contextuais e da relação feita entre a caricatura e a figura original de Ronaldo. Defendemos, portanto, que a caricatura é fruto de intertextualidade implícita subversiva e que identificar a relação entre ela e os vários textos da memória discursiva é indispensável para a compreensão da charge.

Koch prefere chamar essa intertextualidade implícita com valor subversivo de “détournement”, termo usado por Grésillon e Maingueneau. Para tais autores, existe um “détournement” lúdico, simples jogo entre texto e intertexto; e um “détournement”

militante. Este último, segundo Koch, tem como objetivo “levar o interlocutor a ativar o texto original, para argumentar a partir dele, ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do original.” (2004: 148). É justamente esse tipo de intertextualidade que as charges realizam, como podemos observar na **charge IX**.

Ao tratar de intertextualidade, Bazerman (2006b) deixa clara sua posição sobre o tema quando afirma que criamos nossos textos a partir dos textos que estão a nossa volta. Ele define intertextualidade como “as relações explícitas ou implícitas que um texto ou um enunciado estabelecem com os outros textos que lhes são antecedentes, contemporâneos ou futuros (em potencial)” (2006: 93). A partir desta definição, Bazerman estabelece seis níveis de intertextualidade. O primeiro nível apresentado é a remissão a textos ou trechos de textos os quais são usados com valor nominal. Este é um nível em que o intertexto se constitui informação autorizada para os propósitos de um novo texto.

O segundo nível trata de casos em que temas sociais são apresentados em discussão por um intertexto explícito. Por exemplo, um texto relacionado a saúde pública que é composto pelo depoimento de um médico, do secretário de saúde e de um paciente, expostos lado a lado, num confronto direto.

O terceiro nível aborda a intertextualidade explícita de usar declarações ou citações, geralmente como apoio ou confirmação ao argumento desenvolvido, mas se pode usar uma citação para ir de encontro a ela, não concordando com as idéias do autor.

No quarto nível, Bazerman desenvolve aquele tipo de intertextualidade mais amplo que Koch (2004) considera polifonia, contrapondo à noção de intertextualidade *stricto sensu*, a qual só ocorre com a presença implícita ou explícita do intertexto. O autor em estudo mostra como o texto pode se apoiar implicitamente em crenças ou idéias familiares aos interlocutores e difundidas entre eles. Isso é bastante comum em charges cujo texto-fonte é um provérbio ou frase feita, como a **charge X**:

Charge X



(Clériston, Folha de Pernambuco, 23/10/2007)

Nessa charge de Clériston, o ex-técnico do Sport Club do Recife, Givanildo Oliveira, é caricaturado carregando um gato preto morto pelo rabo na mão direita e fazendo um sinal de vitória com a mão esquerda. Em 2006, Sport e Náutico disputavam o Campeonato Brasileiro da Segunda Divisão. O Sport estava em segundo lugar e o Náutico em terceiro. Os quatro primeiros colocados subiriam, em 2007, para a série-A. Um dia antes da publicação desta charge, 22/10/2006, Sport e Náutico se enfrentaram e o Sport venceu por 2x0, consolidando seu passaporte para a série-A. Assim, o texto fonte da **charge X** é “pegar o gato pelo rabo”, que significa enfrentar uma dificuldade com maestria, resolver uma situação sem muitos atropelos. Sem linguagem verbal, a charge claramente nos informa que o Sport, simbolizado pela caricatura de Givanildo, obteve vitória, representada pelo sinal feito com a mão esquerda e não dará mais chance ao azar, pois o gato preto está morto, subindo, assim, para a Primeira Divisão. Dionísio endossa o pensamento de Bazerman sobre esse tipo de intertextualidade quando afirma que “o uso de provérbios visa revelar um valor dado como certo, assegurar uma orientação argumentativa... caberá ao leitor acessar, em sua memória discursiva, tal provérbio” (2006: 107). Como a charge, além de ser um texto humorístico, é um texto de opinião, essa estratégia intertextual coopera na persuasão que o autor do texto pode exercer.

O quinto nível também apresenta intertextualidade em sentido amplo. Bazerman afirma que “através do uso de certos tipos reconhecíveis de linguagem, de estilo e de

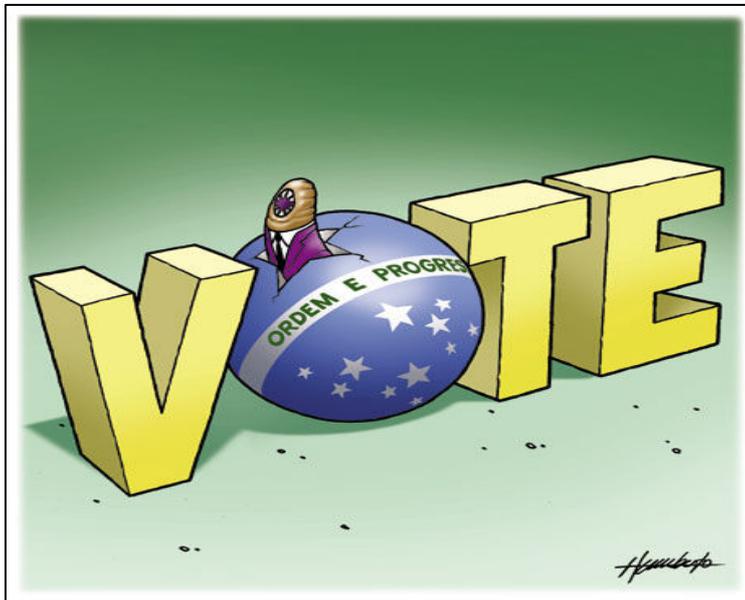
gêneros, cada texto evoca mundos particulares onde essa linguagem ou essas formas lingüísticas são utilizadas normalmente com o propósito de identificá-lo como parte daqueles mundos” (2006: 94) Então, no texto chágico, o autor utiliza a caricatura, a linguagem dos desenhos de modo geral, a convenção de representação dos balões de fala, etc. Sem desprezar sua criatividade e seu poder inventivo, o chargista produz seu texto seguindo uma linguagem e um estilo ligados ao humor crítico, à linguagem jornalística e esses fatores fazem com que determinado texto seja considerado uma charge.

No sexto nível, Bazerman apresenta algumas técnicas de representação intertextual, o alcance intertextual e a recontextualização. As técnicas de representação intertextual, na verdade, são constatações de como, concretamente, o intertexto pode ser usado. Bazerman constata que as relações intertextuais podem envolver alguma distância no tempo, no espaço, na cultura ou na instituição. Alcance textual é, portanto, “a distância até onde um texto viaja por meio de suas relações intertextuais.” (2006b: 96) Quando um texto-fonte é empregado em outro texto, mas permanece no mesmo domínio ocorre intertextualidade intra-arquivo. Por exemplo, quando, num livro, aparece a citação de um outro livro. Mas os intertextos podem viajar mais longe, como podemos observar se voltarmos à **charge VIII** (página 40), em que o intertexto da lenda da cegonha viaja longe para integrar a crítica aos deputados Sanguessugas.

Com relação à recontextualização, Bazerman chama a atenção para o uso de palavras ou textos em contexto diferente. Esse processo de recontextualização precisa também ser inferido na compreensão porque, no caso da charge, é neste ponto principalmente que reside o humor e a ironia.

O último ponto a ser discutido nesse tópico é a interessante intertextualidade que se dá nos próprios ícones da imagem, o que Arbex (2000) chamou de intericonicidade.

Charge XI



(Humberto, Jornal do Commercio, 19/08/2006)

A campanha eleitoral para Presidência da República, Governo do Estado, Senado, Câmara Federal e Estadual estava a todo o vapor quando o esquema de corrupção, denominado sanguessuga, que envolvia vários integrantes do poder legislativo e também alguns ministros do governo federal foi descoberto pela Polícia Federal. Na **charge VIII** (página 40), explicamos que esse esquema fraudulento se baseava na venda irregular de ambulâncias em quase todo o Brasil. A charge acima aborda o mesmo assunto.

A intertextualidade dessa charge é interessante, pois ela ocorre muito claramente na imagem. O grande intertexto aqui é a bandeira do Brasil. Na **charge XI**, há o pano de fundo da bandeira que é mantido na charge, mas o original losango é transformado em linguagem verbal “vote”. A intertextualidade fica muito clara na charge por causa das cores, o “vote”, por exemplo, está em amarelo. O círculo azul da bandeira é mantido, assim como a faixa branca que recebe a inscrição “Ordem e Progresso”. As estrelas que representam os estados também são inalteradas, a exceção é a única estrela que fica acima da faixa representando o Distrito Federal, pois de dentro dela sai um tapuru/sanguessuga de paletó e gravata, representando um político. Poderíamos resumir algumas das opiniões de Humberto em: “A corrupção tem apodrecido o Brasil, mesmo

assim, temos que votar” ou “A corrupção tem apodrecido o Brasil, a única arma contra isso é o voto”.

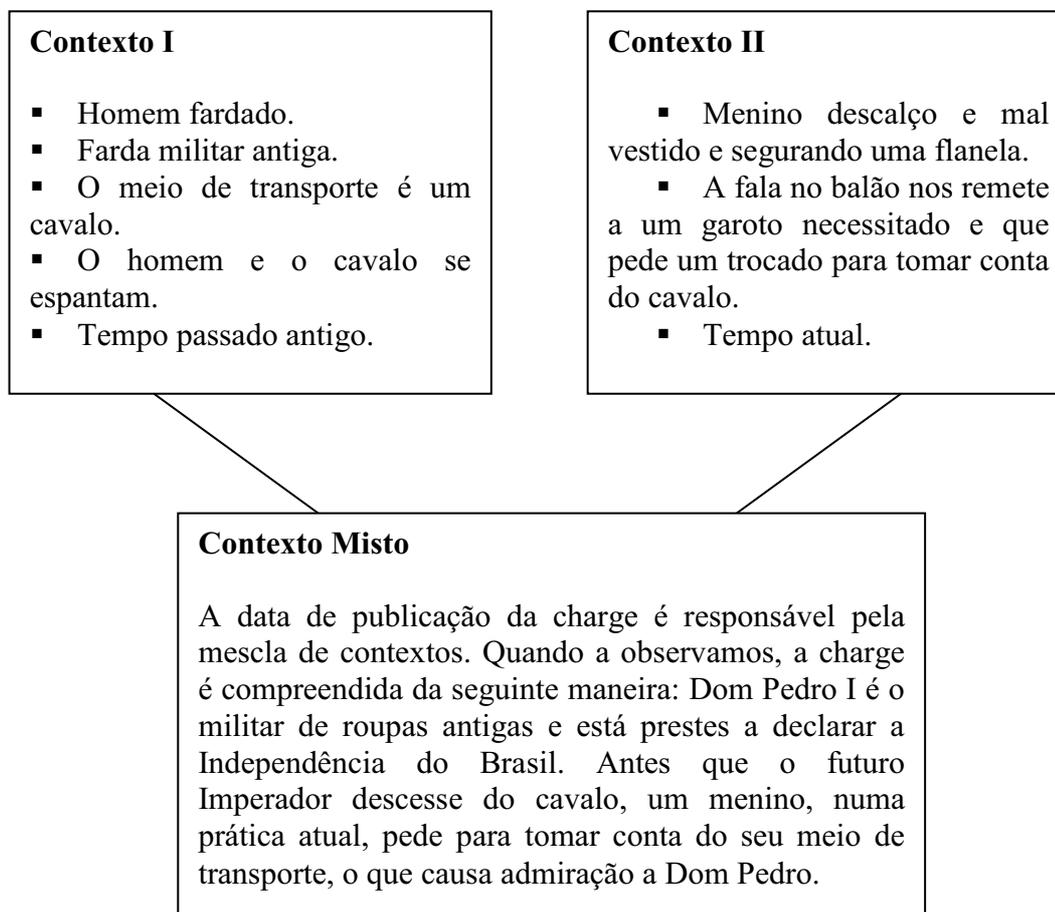
No caso dessa charge, há uma recontextualização, em que os próprios ícones são misturados. Como afirmamos, esse tipo de intertextualidade foi denominado intericonicidade. “A intericonicidade pode ser definida, provisoriamente, nos mesmos termos que o conceito de intertextualidade, ou seja, como o processo de produtividade de uma imagem que se constrói como absorção ou transformação de outras imagens” (Arbex, 2000). Nesse caso não ocorre somente uma mudança de contexto ou a retomada de um o texto-fonte, a intertextualidade é realizada nas próprias figuras.

I.4.4. Humor na charge

A análise da intertextualidade e da polifonia foi indispensável para o estudo do humor na charge. O humor nesse gênero não é só obtido através do inesperado ou da incongruência, mas ocorre, sobretudo, devido ao jogo de vozes relacionadas e construído através de linguagem verbal e não verbal. Dentre os estudos sobre humor, as Teorias de Resolução da Incongruência, desenvolvidas principalmente por Koestler (1992), Shultz (1973) e Suls (1983), explicam que, diante de um texto humorístico, uma informação inicial ativa um esquema de conhecimento que é usado para interpretar tal informação. No entanto, uma informação nova diverge das expectativas ativadas a partir do primeiro contato. Assim, as pessoas procuram, em seu estoque de conhecimento, esquemas diferentes para compreender a informação nova diante do contexto já adquirido. Em resumo: há uma re-interpretação da informação original e só através dessa re-interpretação o humor pode ser estabelecido. Portanto, há uma incongruência, uma divergência de expectativas, e uma resolução da incongruência.

Na verdade, não é unicamente essa relação inesperada ou essa resolução de incongruência que explica o humor da charge. A interação de diferentes textos despertados pela charge em nosso espaço mental, tanto na produção quanto na compreensão, apontam para o entendimento de que a incongruência não é suficiente para caracterizar o humor. Esse também não é extraído pelo simples processo de decodificação dos recursos verbais e visuais da charge, já que o sentido não está no código, mas vai além dele. Retornando à primeira charge apresentada neste trabalho, percebemos dois contextos centrais e é a junção deles que realiza o humor.

Esquema I – Charge I (página 08)



Nesse contexto misto trazido pela charge estão a crítica e o humor. A crítica seria: apesar da independência ter ocorrido há tanto tempo, ainda temos problemas socioeconômicos gravíssimos e a política ou os políticos nunca conseguiram resolvê-los. Apesar da crítica e da reflexão que ela provoca serem bastante sérias, o modo como elas são apresentadas é muito engraçado e o humor está justamente na mistura de contextos. Esse contexto misto não é resultado somente de um elemento surpresa. Nós compreendemos a charge numa única olhada e ativamos contextos a partir do nosso estoque de conhecimento, ou seja, dos textos a que temos acesso em nossa vida, mas, no caso das charges, ativamos principalmente textos atuais. Portanto, o humor é obtido não pela só resolução de uma incongruência, mas pela intertextualidade e pela polifonia, pois é a partir dessa relação entre textos que nasce o humor. Pagliosa (2005: 156) também defende essa idéia de construção de humor no texto chárgico, para ela:

Para a formalização do humor na charge, criam-se espaços mentais decorrentes das leituras de mundo que o indivíduo faz no decorrer de toda a sua existência. Dessa forma, a mesclagem é uma moldura teórica que envolve inúmeras operações que combinam modelos cognitivos dinâmicos em uma rede de espaços mentais. O processo de mesclagem decorre essencialmente do mapeamento das projeções e da simulação dinâmica para desenvolver a estrutura emergente e para proporcionar novas redes conceptuais.

Em seu conhecido trabalho “Os Humores da Língua”, Sírío Possenti (1998) investiga quatro charges e também percebe o humor chágico emergindo do discurso polifônico. Uma das charges por ele analisada ilustra uma conversa entre crianças que têm seus pais como super-heróis, num diálogo do tipo: “Meu pai é mais bonito que o seu!” “Não, o meu é muito mais bonito!”. Porém, na charge, durante a disputa, um dos garotos afirma “Meu pai é muito mais desempregado que o seu!”. Possenti afirma que o efeito humorístico se dá pela ação interdiscursiva, pois no lugar em que se espera um elogio é realizada uma ofensa.

Portanto, reafirmamos que a incongruência não é a principal característica do humor. Este ocorre na charge graças à ambigüidade, à polifonia e à intertextualidade, rompendo com o senso comum sem cair na incoerência.

Após essa vasta explanação sobre as bases teóricas adotadas nesta pesquisa, no próximo capítulo, nos deteremos em apresentar alguns trabalhos sobre a multimodalidade das ações sociais.

Capítulo II

Multimodalidade

A Semiótica Social considera ações sociais como fenômenos multimodais, isso significa dizer que os gêneros textuais, já que são ações sociais, são também multimodais. Os gêneros orais podem, por exemplo, combinar palavras e gestos, palavras e entonações, etc.; os gêneros escritos podem combinar palavras e imagens, palavras e animações, palavras e tipografias, etc. Nosso objetivo, portanto, não é provar que a charge impressa ou virtual é um texto multimodal, mas mostrar como se dá a multimodalidade na charge.

A base teórica discutida neste capítulo é de suma importância, já que a charge é um gênero muito mais visual do que verbal e os estudos multimodais retomados aqui focam principalmente a comunicação não verbal. Nossa verificação a respeito da multimodalidade é relevante também porque as múltiplas linguagens articuladas na charge serão apontadas como formadoras de argumento para consolidar uma opinião (ou opiniões) e atingir o público leitor.

II.1. Comunicação multimodal: um único ato comunicativo

Bernhardt (2004: 94), em seu artigo intitulado “Seeing the Text”, alerta para o fato de que os textos são organizados num contínuo informativo visual.

Nós devemos pensar em textos organizados num contínuo, de textos que possuem relativamente pouca informação visual a textos que revelam substancial informação através de sinais visíveis como espaços em branco, ilustrações, variação de tipografias, uso de símbolos não alfabéticos, como números, asterisco e pontuação.

A charge, neste contínuo, está, obviamente, no extremo caracterizado pelo uso intenso de recursos visuais. Esse gênero combina normalmente linguagem verbal e visual. A linguagem verbal é freqüente, mas não é indispensável, tanto que há várias charges que só apresentam o visual. Falas das personagens, títulos e legendas são mais comuns nas charges. Quanto às imagens, o carro chefe são as caricaturas, os símbolos contextualizadores também são freqüentes, as cores variam de acordo com o jornal, o Diário de Pernambuco, dos três jornais pesquisados, é o único que não publica charges

coloridas. Outro elemento importante é o traço do desenho que varia muito de acordo com o chargista, já que o traço é extremamente artístico e, portanto, subjetivo.

Neste estudo, nos basearemos na teoria da Semiótica Social desenvolvida principalmente por Theo van Leeuwen e Ghuter Kress a qual afirma que “descrever linguagem é descrever o que pessoas fazem com palavras, ou imagens, ou música”. (1996: 08)

Ao apontar dez razões para que os lingüistas atentem para a comunicação visual, Leeuwen (2004) usa um exemplo de uma publicidade impressa que mistura imagem e texto escrito. Sua discussão central gira em torno de alguns questionamentos: no exemplo dado, há mais de um ato de fala; há apenas um ato de fala, mas que é formulado duas vezes, uma visualmente, de maneira mais direta, e outra verbalmente, de modo mais indireto e formal; ou há um único ato comunicativo multimodal, no qual imagem e texto se combinam como os instrumentos de uma orquestra? Analisemos o exemplo abaixo.

Charge XII



(Miguel, Jornal do Commercio, 08/06/2006)

Essa charge trata da invasão à Câmara dos Deputados realizada pelo Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST) ocorrida em 06 de junho de 2006. O MLST reivindicava a revogação que proibia a vistoria para a reforma agrária de propriedade ocupada. Exigia também a liberação de recursos do Orçamento para a Reforma Agrária. A invasão chamou atenção pela violência dos mais de quinhentos sem-terra que

praticaram atos de vandalismo no Congresso. A grande crítica do chargista Miguel foi usar o trocadilho “latifúndio improdutivo”, comum ao contexto das lutas agrárias, para caracterizar o Congresso Nacional. Com essa intertextualidade, vemos efetuado o contexto misto, defendido aqui como o maior responsável pelo humor chágico.

Voltando aos questionamentos feitos acima, se considerarmos que, na **charge XII**, há dois atos de fala, iremos fazer uma análise separada da imagem e do texto escrito. Sendo assim, a imagem seria mera ilustração de um fato. O texto escrito, separado da imagem, seria parte de um discurso comum aos sem-terra. Por isso, os textos devem ser vistos como um todo coerente, como apenas um ato comunicativo. Na **charge XII**, temos:

Imagem:

- Duas caricaturas

Policial: uniformizado, segura o sem-terra e o ameaça com o cacetete.

Sem-terra: descalço, armado com uma foice, roupas simples e chapéu; cor da pele pálida, amarelada.

- Congresso, ao longe e sem cores, num estilo de desenho diferente, quebrado, rachado ao meio.

- Balão de fala.

Linguagem verbal:

- Discurso direto.

- Primeira pessoa do plural, indicando que a caricatura representa o grupo dos sem-terra.

- Verbo “invadir”, faz parte do discurso de sem-terras, de políticos e da mídia ao tratar de reforma agrária.

- Expressão “latifúndio improdutivo”, o discurso sem-terra aplicado a outro contexto, a terra improdutiva, no caso, é o congresso.



Charge XIII



(Ronaldo, Jornal do Commercio, 07/08/2006)

Esse segundo exemplo retoma o processo eleitoral vivido pelo país naquela época. Com o título “Cirque du Eleiçoleil”, resultado de uma intertextualidade com o nome do Cirque du Soleil, o chargista Ronaldo⁸ chama as eleições de circo. Centralizado no quadro, há um palhaço malabarista tentando equilibrar alguns dos maiores problemas vividos no Brasil. O palhaço, que parece estar muito bravo, representa os eleitores os quais equilibram dois esquemas de corrupção: mensalão e sanguessugas; e dois problemas sociais: desemprego e violência. Através da intertextualidade, essa charge condensa dois contextos, o circense e o político. O humor surge exatamente dessa criatividade: comparar a prática eleitoral democrática, conseguida a duras penas pelos brasileiros, a um circo, ou seja, as eleições são uma palhaçada. Podemos notar ainda nesse texto uma intertextualidade intergenérica, ou seja, um gênero que, sem perder sua função comunicativa, usa a estrutura formal de outro. No caso da **charge XIII**, observamos um formato que lembra um texto publicitário, tipo cartaz de circo. Isso ratifica a comparação das eleições com um circo e confirma o contexto misto.

⁸ Ronaldo Câmara, além de ilustrador e chargista do Jornal do Commercio, é também arquiteto e escultor.

Após analisarmos brevemente esse texto, podemos concluir que seus elementos verbais e não verbais constituem um todo comunicativo. A linguagem verbal que dá título à charge em parceria com a imagem introduz todo o contexto misto abordado pelo texto. Jamais poderíamos admitir que houvesse dois atos de fala, um formulado visualmente e outro formulado verbalmente. Como poderíamos entender que o palhaço representa o eleitor sem o título da charge que expõe o contexto misto? Além disso, sem os nomes nos malabares que estão sendo equilibrados, eles seriam mera ilustração e não diriam, como dizem, o que esse eleitor precisa equilibrar. Portanto, se gênero textual é ação social, por mais linguagens diferentes que possua, forma um único ato comunicativo.

Imagem:

- Caricatura: palhaço de boné, de sapatos furados e com expressão de raiva.
- Malabares: cada um em uma cor e identificados como problemas sociais pela linguagem verbal.
- Logomarca do Cirque du Soleil.

Linguagem verbal:

- Título: expressão criada através de inserção do substantivo “eleições” no nome de um famoso circo.
- Substantivos, identificando os malabares equilibrados pelo palhaço, que nomeiam dois esquemas de corrupção e dois problemas sociais.



Assim, Leeuwen afirma que “os atos de fala deveriam ser renomeados como atos comunicativos e compreendidos como microeventos multimodais nos quais todos os signos presentes se combinam para determinar sua intenção comunicativa” (2004: 08). Essa análise de Leeuwen corrobora com nosso estudo sobre a construção humorística na charge. Esse único ato comunicativo que envolve diferentes modos de

linguagem assim como diferentes contextos deve ser compreendido em sua totalidade, no que chamamos de contexto misto.

II.2. Semiótica Social – Alguns pressupostos

Já que estudaremos vários modos de signos, é importante estabelecermos os conceitos básicos adotados ao longo deste trabalho. Kress e Leeuwen (1996), na introdução da obra “Reading Images”, apontam três escolas semióticas que se desenvolveram ao longo do último século.

A primeira foi a Escola de Praga, com os Formalistas Russos, entre as décadas de 30 e de 40, os quais desenvolveram noções não só lingüísticas, mas também aplicáveis ao estudo das artes em geral. Possibilitou-se, com isso, o estudo da arte plástica, do teatro, do cinema, da moda e cada um desses sistemas semióticos poderia cumprir as mesmas funções comunicativas: poética e referencial.

A segunda foi a Escola Parisiense, entre os anos 60 e 70, que se baseava nas idéias de Saussure, na lingüística; para a análise da fotografia e da moda. Os estudiosos da Escola Parisiense usaram as idéias de Barthes; Metz desenvolveu teoria para o estudo do cinema; Nattiez, para o estudo da música; e, para a análise de Histórias em Quadrinhos, foram usadas as pesquisas de Fresnault-Deruelle. As idéias da Escola Parisiense ainda são bastante utilizadas em inúmeros cursos de comunicação, embora já sejam consideradas ultrapassadas pelos pós-estruturalistas.

A Semiótica Social é o terceiro movimento apresentado. Surgiu na Austrália e se baseou principalmente nas idéias de Michael Halliday e sua gramática Sistêmico-funcional, especialmente a noção de metafunções. As metafunções são aplicáveis a todos os modos semióticos e não são específicas da fala ou da escrita. A função ideacional trata do contexto situacional da comunicação, do ambiente no qual o significado está sendo negociado. Kress e Leeuwen, sobre a metafunção ideacional, alertam para o fato de que nenhum modo precisa necessariamente ser capaz de representar os aspectos do mundo assim como ele é experienciado por nós, falantes, já que esse mundo já é semioticamente percebido.

A segunda metafunção é a interpessoal, a qual se refere aos participantes do discurso enquanto seres que assumem status e papéis sociais definidos. Com relação a essa metafunção, Kress e Leeuwen afirmam que os modos oferecem uma série de

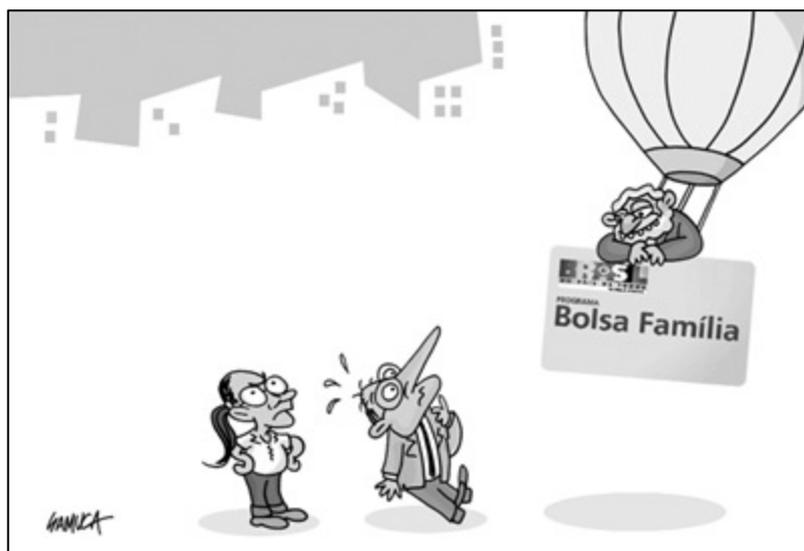
escolhas para a representação de diferentes relações interpessoais, depende da forma de representação visual.

A metafunção textual relaciona-se ao modo de discurso, refere-se à forma que a linguagem toma no texto e como este se organiza simbolicamente. Sobre essa metafunção, a gramática visual afirma que diferentes composições organizacionais permitem a realização de diferentes significados textuais.

Essa é a perspectiva adotada por Kress e Leeuwen a qual será também seguida em nossas análises. A noção de signo, na Semiótica Social denominado *sign-making*, é central nos estudos semióticos. A nomenclatura *sign-making* deve-se a uma das características fundamentais da Semiótica Social que é considerar a relação significado / significante motivada. “Em nossa visão, os signos nunca são arbitrários; a motivação deve ser formulada em relação ao produtor do signo (*sign-maker*) e ao contexto no qual o signo é produzido, e não isolada do ato de produção” (1996: 07). Se o produtor do signo tem um objetivo, se quer comunicar determinado sentido, irá escolher o modo de representação mais adequado para estabelecer a comunicação. O interesse do produtor do signo é também fundamental, pois irá determinar o que ele vê, assim como a seleção do que ele irá representar. Em outras palavras, nunca há a representação do objeto inteiro, mas apenas dos aspectos selecionados de acordo com critérios do produtor do texto.

As charges, como texto de opinião, constituem um adequado objeto para a identificação dos conceitos acima apresentados. Podemos iniciar a análise por um dos elementos constituintes da grande maioria das charges: a caricatura. Caricaturar alguém é dar saliência a algumas de suas características. A caricatura é a representação da fisionomia humana, geralmente com características humorísticas, cômicas ou grotescas. Afirmamos acima que o interesse do produtor do signo determinará o que ele vê e conseqüentemente o que ele irá produzir.

Charge XIV



(Samuca, Jornal do Commercio, 31/08/06)

Na **charge XIV**, temos três candidatos à presidência caricaturados. Ao olharmos objetivamente para suas características físicas aparentes, veremos o presidente Lula desenhado com traços arredondados, demonstrando que está acima do peso, as orelhas são pequenas, mas “de abano” e os dentes separados; o candidato Alckmin tem o nariz, o queixo, a calvice e os olhos destacados e a candidata Heloisa Helena tem os óculos e a testa enfatizados, assim como o cabelo preso num “rabo-de-cavalo” e sua vestimenta típica composta por calça e blusa de tecido com botões na frente. É assim que o chargista Samuca vê os presidenciáveis.

Ao estudarmos a **charge XIV** como um todo e analisarmos o contexto sócio-histórico de quando foi publicada, poderemos perceber mais profundamente os interesses do chargista. A charge foi publicada durante as eleições de 2006, antes do primeiro turno e Lula, aos poucos, subia nas pesquisas. A expressão de Lula é bastante tranqüila, já que ele subia nas pesquisas, como indica o balão e, na opinião de Samuca, um dos fortes motivos era o projeto “Bolsa Família”. Tal idéia fica evidente com o uso da fotocópia do cartão “Bolsa Família” como cesto do balão. O candidato Alckmin reage com surpresa como indica sua expressão com a mão no queixo e o tronco reclinado pra trás e as três gotinhas acima da caricatura. Heloísa Helena expressa mais raiva que surpresa, como indicam suas mãos na cintura numa postura reivindicatória.

Ao criar sua charge, Samuca tinha um objetivo, uma opinião e representou isso através de suas próprias escolhas, todos os detalhes da charge foram estrategicamente

articulados na construção de sentido do texto. É nessa acepção que a Semiótica Social acredita numa relação motivada entre significado e significante, pois o produtor do texto determina os significantes a serem utilizados de acordo com os significados que pretende construir. O que vimos na **charge XIV**, portanto, foi uma escolha motivada dos signos (*sign-making*) e esse processo fundamenta-se no interesse do produtor textual que o possibilita a escolha de características particulares dos objetos a serem representados, como vimos nas caricaturas, num determinado momento e num determinado contexto. Por isso, entre significantes e significados, segundo a Semiótica Social, há uma relação motivada. Kress e Leeuwen (1996: 06) resumem muito bem todo o que foi discutido, ressaltando ainda mais que essa motivação entre significado e significante é cultural, social e histórica:

Nós vemos a representação como um processo pelo qual os produtores de signos, ou criança ou adulto, tentam fazer a representação de algum objeto ou entidade, ou física ou semiótica, e no qual seus interesses no objeto, no momento de produzir a representação, são complexos, surgindo da história cultural, social e psicológica do produtor do signo, e focado num contexto específico no qual o signo é produzido.

II.3. Os signos da charge

Quais são os modos presentes na charge? A charge é multimodal por apresentar imagem e texto escrito? No início do capítulo, vimos que não é apenas isso, pois a própria ação verbal é multimodal. Há muitas charges que nem possuem linguagem verbal e não deixam de ser multimodais. Há vários signos que constituem a imagem e muitos que constituem a linguagem verbal.

Multimodalidade se refere processos e artefatos comunicativos que combinam vários sistemas de signos (modos) e cuja produção e recepção convocam os comunicadores a inter-relacionar semanticamente e formalmente todo o repertório de signos presentes (Leeuwen, 2004: 09).

Hartmut Stöckl (2006: 12), em seu artigo “In between modes”, propõe um quadro de análise, reproduzido a seguir, englobando modos, sub-modos, características, entre outras classificações:

Channels, modes and sub-modes in printed media						
SENSORY CHANNELS	CORE MODES	MEDIAL VARIANTS	PERIPHERAL MODES	SUB-MODES	FEATURES	
Visual	Image	Static		Elements Vectors Colour	Value, saturation, purity, modulation, differentiation, hue	
				Size Distance Angle/ perspective Composition		
	Language	Writing	Typography/ layout	Non-verbal means	Gesture Posture Body language	Eyes, arms, head...
				Type size Font	Skeleton form, style (weight, contrast, tension, ending) modus (ruled, striped, dotted)	
				Colours/shadings Ornaments Spacing Paragraphing Margins		
				Topics Speech acts	Illocution, directness, sequencing...	
				Lexis Syntax Rhetorical figures		

Voltaremos à **charge XIV** (página 57) para explicar o quadro acima. A primeira divisão feita por Stöckl relaciona-se aos cinco sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar. No caso da charge impressa, apenas a visão é necessária para a compreensão. Já na **charge VII** (página 27), virtual, que engloba som, animação e música teríamos, nessa coluna de canais sensitivos, não só a visão, mas também a audição. A segunda coluna relaciona os modos nucleares, na **charge XIV** seriam também imagem e

linguagem, mas há casos de charges, como já vimos, em que iremos encontrar apenas imagem. Continuando a comparação com a **charge VII**, nesta coluna teríamos não só imagem e linguagem verbal, mas também som e música. A terceira coluna apresenta as variantes médias. Na **charge XIV**, a imagem é estática e a linguagem verbal é escrita. Na charge virtual, certamente a imagem é dinâmica e a linguagem verbal pode, além de escrita, ser falada. Dentre os modos periféricos está o significado não-verbal da imagem e a tipografia ou layout da escrita. Os sub-modos englobam as cores, o tamanho, a distância, a linguagem corporal, a postura, os gestos. No caso da linguagem verbal, os sub-modos são a fonte, seu tamanho, seu estilo, sua cor, os espaços, a paragrafação, os tópicos, os atos de fala, o léxico, a sintaxe, as figuras retóricas, entre outros.

Analisando os sub-modos na **charge XIV**, temos, na imagem, a ausência de cores, o presidente Lula numa posição de destaque com relação aos outros dois candidatos caricaturados. Acima, apontamos detalhadamente a linguagem corporal dos candidatos. O presidente tem o aspecto de tranqüilidade com os olhos cerrados, olhando para baixo, os braços cruzados e a cabeça repousando sobre eles numa postura relaxada. O candidato Alckmin olha para cima com uma das mãos no queixo, o tronco inclinado para trás, demonstrando bastante espanto. A candidata Heloísa Helena também olha para cima, com as mãos na cintura, numa postura que indica desagrado. Os olhares entre os candidatos são vetores na figura. No desenho do balão, o cesto que carrega o presidente é um cartão do “Bolsa Família”. É uma mistura interessante a inserção de uma figura real, um tipo de fotografia, num texto chágico que normalmente é feito à mão de acordo com a criatividade do chargista. É neste cartão que encontramos a linguagem verbal escrita. No canto superior esquerdo, está o slogan do Governo Federal, originalmente colorido, a letra “A” forma também a bandeira do Brasil. Centralizado no cartão, temos o título do projeto, com letras em negrito, com as iniciais maiúsculas. Logo a seguir, apresentaremos dois quadros com a análise completa das charges **VII** e **XIV**.

Stöckl, após apresentar o quadro anteriormente apresentado, faz algumas considerações sobre ele, concluindo que todos os modos são multi, pois cada modo central possui modos periféricos e sub-modos.

Quadro I – Charge Impressa

Modos e sub-modos / Charge XIV (página 57)

Canais Sensoriais	Modos Nucleares	Variantes Médias	Modos Periféricos	Sub-modos	Características
Visual	Imagem	Estática	Significado não-verbal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elementos: caricaturas, imagem fotográfica, ícone de balão. ▪ Vetores: olhares de Heloísa Helena e Alckmin na direção de Lula e o olhar de Lula na direção deles. ▪ Cor: preto, branco e cinza. ▪ Forma: desenho a mão e reprodução de uma imagem. ▪ Distância: Heloísa Helena e Alckmin estão no mesmo patamar, Lula está acima. ▪ Ângulo: em relação ao leitor, a cena está de frente. Na relação entre os candidatos, um está acima, enquanto os outros dois o olham subir mais. ▪ Linguagem corporal: Heloísa Helena está com as mãos na cintura, simbolizando raiva. Alckmin está com o corpo um pouco voltado para trás, com a mão no queixo e três gotinha acima da cabeça indicando surpresa. Lula olha para os dois de dentro do balão, com os braços apoiados no cesto e uma expressão de tranqüilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caricaturas desenhadas com traços arredondados, sem deformações muito extremadas, apenas marcando as características mais salientes das personagens. ▪ A expressão de cada candidato é bastante clara em seus olhos, os de Heloísa Helena estão pequenos de raiva, os de Alckmin, grandes de surpresa e os de Lula, cerrados de tranqüilidade. Os braços também são muito importantes para a expressão de cada candidato: os de Heloísa Helena na cintura; o de Alckmin no queixo e os de Lula tranqüilamente apoiados.

	Língua- gem Verbal	Escrita	Tipo-grafia/ Layout	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elemento: cartão da bolsa família/cesto de balão (inter-ícone). ▪ Formato da letra/fonte: no slogan do governo, as letras garrafais constituem o nome do país, originalmente são coloridas e a letra “a” tem formato da bandeira do Brasil (inter-ícone). Em letras menores e pretas está a continuação do slogan: “em país de todos”. No centro do cartão/cesto, há o nome do programa governamental: “Bolsa Família”, em letras grandes e em negrito, precedendo este título, há a palavra “programa” em letras bem menores. ▪ Cor/ornamento: o slogan do governo é originalmente colorido e há uma mini-bandeira nacional na letra “a”. O nome do programa não tem ornamentos, é preto. ▪ Espaço/parágrafos/margens: o slogan fica no canto superior esquerdo e o título do programa está centralizado no cartão. ▪ Léxico/sintaxe/figuras retóricas: o slogan forma uma frase nominal com o verbo “ser” subentendido. O título do programa é formado apenas pelos substantivos que o nomeiam. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A fonte do slogan na palavra “Brasil” é cheia, densa e arredondada. Nas palavras de menor destaque, as letras são finas e não são densas. No título do programa, a fonte não é arredondada, mas é grande para que haja destaque. ▪ A ilocução do slogan é mostrar que o governo não realiza ações somente para as classes altas, mas também para os pobres. Tal intenção é complementada pelo título do programa.
--	--------------------------	---------	------------------------	---	--

Quadro II – Charge Virtual

Modos e sub-modos / Charge VII⁹ (página 27)

Canais Sensoriais	Modos Nucleares	Variantes Médias	Modos Periféricos	Sub-modos	Características
Visual	Imagem	Dinâmica	Significados não-verbais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elementos: três caricaturas, um do jogador Ronaldo Fenômeno, uma de Lula e a outra representa o entrevistador, Toby, personagem criada pelo chargista Maurício Ricardo. Há um monitor de videoconferência, um sofá e, sobre o console, atrás do presidente, há os três macaquinhos da ditadura: o que não ouve, o que não vê e o que não fala. ▪ Vetores: os vetores são os olhares que variam, ora os personagens se olham, ora olham para a câmera ou possíveis telespectadores. ▪ Cor: caracterizam bem o uniforme de Ronaldo e também a roupa de Toby em homenagem à seleção. A seriedade do terno preto de Lula é quebrada pela gravata vermelha de estrelas brancas, a qual identifica o partido do presidente. ▪ Forma: tentativa de reprodução de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As caricaturas não deformam muito os personagens, não há o típico exagero das características proeminentes.

⁹ Consideraremos nesta análise a versão da charge virtual com som para que possamos ampliar nosso estudo. O exemplo sonoro só não foi ilustrado pela óbvia impossibilidade da impressão, mas está anexado no final deste trabalho.

				<p>imagem mais real.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ângulo: essa charge se apresenta em apenas um quadro e a angulação não muda, mas há aproximação/afastamento da câmera. ▪ Linguagem corporal: os personagens mexem a cabeça, as sobancelhas, os olhos e as mãos, se expressando corporalmente enquanto falam. ▪ Volume: o volume das vozes varia, quando estão conversando ele se mantém normal, mas durante as discussões o volume se eleva. ▪ Entonação: tom de conversa, de questionamento e, em determinados momentos, de discussão e raiva. ▪ Qualidade de voz: imita a voz das pessoas caricaturadas. ▪ Rapidez/pausa: depende do teor da conversa, nas discussões eles falam mais rápido, ao tentarem acalmar os ânimos, falam mais pausadamente. <p>Analísados no item anterior.</p>	
			Significados para-verbais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A conversa ocorre em tom informal, há vários intertextos na construção do diálogo. 	
			Fala		
	Linguagem Verbal				
Sonoro	Som	Fala			Analísados no item anterior.
	Música	Vinheta		Há uma vinheta no início e no final da entrevista em que um tipo de orquestra feminina canta: “Tobby Entrevista”.	É cantada em ritmo lento e num tempo curto.

II. 4. Imagem x Linguagem verbal

Após determinar os modos e propor uma organização de análise, Stöckl faz algumas reflexões sobre a distinção entre os modos, tomando como ponto de partida a imagem e a linguagem verbal. Antes de estabelecer as diferenças, porém, o autor alerta para o fato de que, na leitura de um texto multimodal, não se percebem suas informações sendo processadas através de diferentes modos. Nossa percepção dos modos é unificada. Por isso é objetivo da teoria da comunicação multimodal discutir as diferenças essenciais dos modos envolvidos na confecção dos textos.

No sentido de nos alertar para a ocorrência e para a relação dos modos no texto, Stöckl apresenta três diferentes níveis em que eles podem ser distinguidos uns dos outros: propriedades semióticas, orientação cognitiva e potencial semântico, aplicando isso a textos que têm como modos nucleares a linguagem verbal e a imagem.

Propriedades semióticas referem-se à estrutura interna dos modos. Segundo Stöckl, a linguagem verbal tem uma dupla articulação, seus signos se organizam em dois níveis: morfológico e fonético. Já nas imagens, não há essa dupla articulação, na verdade, não há regras que expliquem como os signos devem ser combinados. As regras de como combinar imagem originam-se da ordem natural das coisas no mundo real ou imaginário. Essa relação com o mundo real, ou seja, a natureza icônica do signo possibilita e determina seus significados. Assim, nós compreendemos a imagem porque ela acessa os mesmos modelos mentais que os objetos do mundo real acessam. “É a similaridade entre as impressões óticas obtidas pelas imagens vistas e pela visão do mundo real que facilita o fazer sentido em imagens” (2004: 17) Finalmente, percebemos que a linguagem verbal utiliza uma dupla dimensão arbitrária de formas gráficas para representar os sons da fala, enquanto a imagem sistematicamente evoca uma percepção tridimensional experienciada.

As propriedades semióticas dos modos resultam em diferentes operações cognitivas exigidas pela linguagem ou pela imagem. Conforme Stöckl, a linguagem verbal é um modo linear que requer uma sucessiva integração dos signos nas frases, enquanto as imagens são baseadas numa simultânea e holística percepção (gestalt). Além disso, experimentos psicológicos comprovam que imagens chamam mais atenção na percepção do que a linguagem verbal e também é muito mais facilmente e efetivamente memorizada.

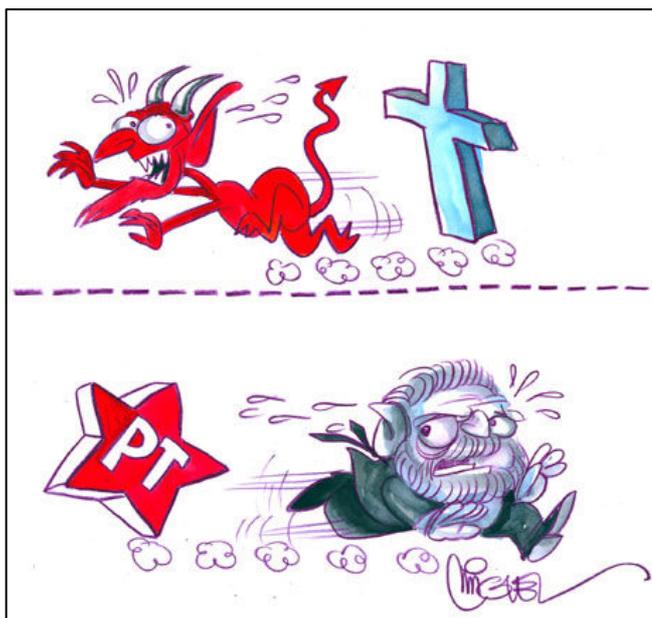
Quanto ao potencial semântico, Stöckl afirma que a semântica da língua é menos vaga e polissêmica que a da imagem. Embora possua duplo sentido e seja polissêmica, a língua tem uma semântica convencional anexada às palavras. As imagens, pelo contrário, são vistas como inerentemente vagas e ambíguas e geralmente só fazem sentido através de uma combinação com outros modos ou em meio a uma situação comunicativa pontual, limitada. A linguagem verbal é menos rica em informações que a imagem, mas tem o potencial de comunicar todas as modalidades sensoriais através da descrição, enquanto a imagem é claramente limitada à informação visual. Quanto às relações de sentido, como causalidade, negação, afirmação, tão bem articuladas pela linguagem verbal são impossíveis de serem representadas por imagens que só conseguem ilustrar a adição. Portanto, o autor conclui que a linguagem verbal relaciona-se mais intimamente à descrição de eventos e estado de espírito; enquanto a imagem é mais adequada à representação de objetos num espaço determinado.

Apesar de todas as diferenças estabelecidas entre língua e imagem, é importante percebermos que, para produzir e entender imagens, dispomos da linguagem verbal e, para produzir e entender a língua, temos que manipular imagens mentais. Para Stöckl (2004: 24-25)

A sobreposição de modos, portanto, também reflete no fato facilmente negligenciado de que imagens são muito enraizadas na linguagem, ou melhor, nos conhecimentos de frames e scripts que são codificados e estruturados na forma do nosso repertório lingüístico. Então, o que pode ser expresso e comunicado em imagens (na produção e na recepção) não depende somente da nossa experiência visual do mundo ou das propriedades materiais e técnicas da imagem midiática, mas também é crucialmente formada pelo nosso estoque de palavras, frases e expressões típicas da linguagem verbal.

Vejamos como isso funciona na charge a seguir:

Charge XV



(Miguel, Jornal do Commercio, 23/08/2006)

A única forma de linguagem verbal no texto acima é a sigla do PT, fora isso só há imagens. Essa charge faz alusão às confusões em que alguns integrantes do Partido dos Trabalhadores se envolviam na época, como o esquema dos sanguessugas e do dossiê contendo provas contra a oposição que o PT tentou comprar. Nessa ocasião, a população comentava que a campanha de Lula vinha muito bem, mas que seu partido, ao invés de cooperar, estava atrapalhando, pois, no caso do dossiê, as provas não foram obtidas e Lula ainda teve de explicar como havia conseguido a fortuna para pagar a compra.

Para compreender essa charge, ativamos imediatamente nosso conhecimento de mundo e inferimos uma expressão corriqueira em nossa sociedade: “Lula foge do PT assim como o diabo foge da cruz”. Na verdade, a produção e a compreensão desse texto dependem totalmente da linguagem verbal, embora seja ele quase todo imagético. A linha que separa os dois quadros é o elemento comparativo visual que poderia equivaler à locução conjuntiva “assim como”.

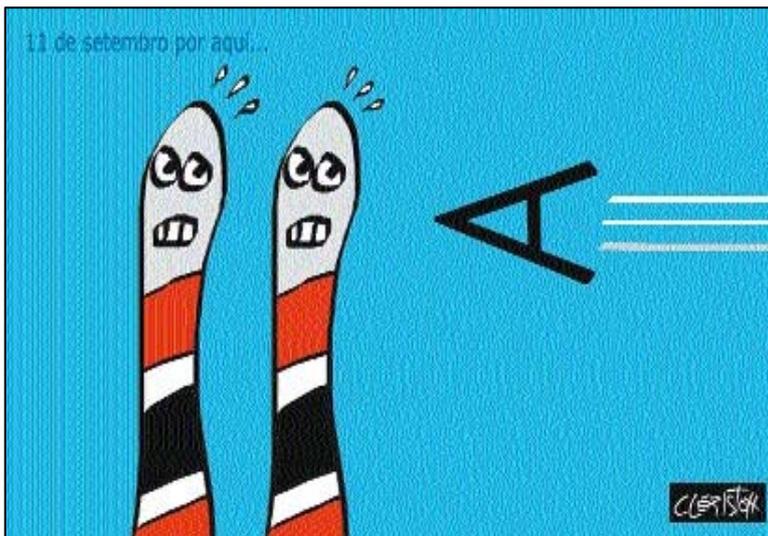
O inverso se pode observar com a própria história do alfabeto, como mostram Leeuwen e Kress em *Reading Images*. A língua falada, segundo os autores, é um fenômeno humano natural. A língua escrita, porém, desenvolveu-se em apenas algumas culturas, as quais necessitavam dos registros comprobatórios que a fala não garantia, normalmente em transações ligadas à religião e ao poder político e econômico. Esses

registros, inicialmente eram feitos através de signos icônicos, ou seja, a relação entre o signo e o objeto representado era transparente. É isso que ocorre até hoje nos ideogramas chineses. Por isso é importante lembrarmos que a própria escrita é uma forma de comunicação visual.

II.4.1. Linguagem verbal ou imagem?

Conforme Stöckl, linguagem verbal e imagem podem aparecer juntas num texto de duas maneiras diferentes. Inicialmente, o texto verbal pode adquirir qualidades de imagem através da tipografia ou do layout. Neste caso, o modo periférico, tipografia, da variante média escrita, é parcialmente transferido de um modo nuclear (linguagem verbal) para outro (imagem).

Charge XVI



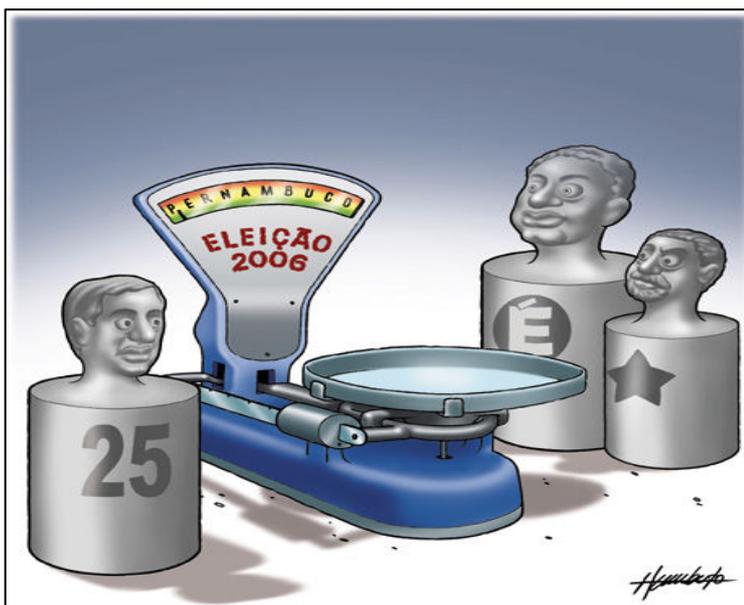
(Clériston, Folha de Pernambuco, 11/09/2006).

Na **charge XVI** há intertextualidade entre o atentado de 11 de setembro e a derrocada do time de futebol pernambucano “Santa Cruz” rumo à série-B. O chargista aproveita a data para lembrar a triste situação do Santa Cruz naquele ano, que precisava de pelo menos oito vitórias para permanecer na série-A. A cobra coral é a mascote do time e, na charge em estudo, há duas cobrinhas simbolizando as duas torres. No topo da charge, há um tipo de narração utilizada em gêneros como quadrinhos, charges e cartuns, a qual aparece sempre no topo ou na base do quadro. A expressão das cobrinhas, atrelada às três gotinhas acima da cabeça, evidenciam a apreensão e a

preocupação delas pelo ataque sofrerão. Mas queremos chamar a atenção em especial para a letra “A”/avião. A letra “A” virada 180° representa, ao mesmo tempo, a primeira divisão e o avião que se chocou contra as torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Este exemplo ilustra bem nossa discussão acima, ou seja, a linguagem verbal com qualidade de imagem.

O segundo tipo de integração entre imagem e linguagem verbal é quando o texto é combinado com a imagem. Estes dois modos nucleares são semântica e formalmente integrados e cada um emprega sua gama de sub-modos, o que faz com que o potencial semiótico de cada modo nuclear aumente, contribuindo para a comunicação através de uma percepção total, única. Essa análise de Stöckl confirma a afirmação de Leeuwen com relação à realização de um único ato comunicativo e corrobora também com a nossa idéia sobre o humor e o contexto misto.

Charge XVII



(Humberto, Jornal do Commercio, 06/10/2006)

Essa charge foi publicada durante a campanha para governador de Pernambuco. O processo eleitoral já se encaminhava para o segundo turno e a charge aborda justamente a divisão entre os candidatos. Eduardo Campos, segundo colocado no primeiro turno, fez aliança com o PT e passou a contar com a ajuda de Humberto Costa, terceiro candidato no primeiro turno e fora da disputa. Mendonça Filho, candidato da

situação, não contou com o apoio de nenhum outro candidato. A charge representa a eleição em Pernambuco por uma balança, a linguagem verbal ajuda a identificar isso. Cada candidato é representado por um peso de ferro, cuja extremidade superior é a caricatura dos candidatos e ao longo dos pesinhos há a marca identificatória de cada partido. Mendonça está de um lado, com um peso menor. Eduardo e Humberto estão do lado oposto, indicando a soma entre os eleitores dos dois e, portanto, um peso maior.

Podemos observar que a linguagem verbal e a imagem se combinam, formando um todo coeso e coerente. Na balança, por exemplo, a linguagem verbal participa da formação do signo, na medida em que identifica a balança como a eleição para governador em Pernambuco. Stöckl alerta, ainda, para o aspecto cognitivo, afirmando serem comuns as construções metafóricas de sentido nesse tipo de relação entre imagem e texto. É justamente o verificamos em todos os signos que participaram da confecção do texto em análise: a balança/eleição e os pesos/candidatos.

II.4.2. Princípios Semióticos Gerais

Embora admitamos diferenças semióticas, cognitivas e semânticas entre os modos, acreditamos na interdependência entre eles. Stöckl apresenta, para comprovar essa interdependência, uma lista de regras gerais que atingem a todos os modos, são princípios básicos aplicáveis aos mais diversos tipos de comunicação. Concordamos com apenas algumas dessas regras listadas pelo autor, dentre as quais discutiremos uma.

Um dos princípios semióticos apresentados é a segmentação, segundo o qual todos os modos precisam sinalizar sua estrutura interna como chave para recuperar as partes do significado. É a decomposição dos signos ou da percepção do texto multimodal como um todo em seus elementos constituintes. Voltando à **charge XII**, analisada no início do capítulo (página 51), percebemos que, embora o ato comunicativo seja único, dois modos nucleares o formam: a imagem e o texto escrito, e cada modo nuclear é formado por sub-modos, como cores, formas, postura, forma de discurso, etc. Para que haja a compreensão de determinada charge, temos uma percepção única do texto como um todo, mas, para isso, levamos em consideração as partes formadoras dos signos apresentados. Por exemplo, para identificarmos o sem-terra, precisamos reconhecer seu instrumento de trabalho, seu estilo de roupa e essas mesmas pistas nos fazem reconhecer também o policial. Todos os modos, sub-modos,

características estão combinados, mas, no momento da percepção e compreensão do texto, a segmentação é automaticamente realizada pela nossa cognição.

Para Stölck, o significado nos textos ocorre em três planos inter-relacionados. Os signos podem se referir a conceitos (denotação), podem expressar sentido emotivo ou avaliativo (conotação) e podem também ativar e explorar facetas totalmente individuais de sentido (associação). Segundo o autor, textos multimodais precisam balancear entre denotação, por um lado, e associação/conotação, por outro. A **charge XVI** (página 68), por exemplo, possui um tipo de narração breve no topo do quadro que ilustra um plano denotativo, enquanto que a imagem das cobras é conotativa e associativa. Conotativa porque representam um time de futebol e associativa porque, a partir do nosso conhecimento de mundo, fazemos a associação com as torres do World Trade Center.

Após esse breve estudo sobre as múltiplas linguagens presentes nas ações sociais, iremos, no próximo capítulo, observar como elas se organizam na charge com o objetivo de comprovar opiniões.

Capítulo III

Teoria da Argumentação

No primeiro capítulo, estudamos os principais conceitos lingüísticos que têm norteado nosso trabalho. Vimos que através da charge opiniões são construídas e divulgadas, num processo persuasivo em que os argumentos são formados por uma condensação de contextos informativos que estabelecem crítica humorística. A charge faz parte do editorial dos jornais, tanto que no Jornal do Commercio e no Diário de Pernambuco ela é publicada no caderno de opinião, em meio a cartas argumentativas, carta de leitores e textos opinativos em geral. Na Folha de Pernambuco, é publicada na primeira página. Como texto de opinião, a charge consegue, muitas vezes, ser mais contundente e objetiva em seus argumentos que os demais gêneros com os quais dialoga e é exatamente esse poder de persuasão que instiga nossa investigação. Queremos mostrar que essa força argumentativa emerge da multiplicidade de linguagens que esse gênero utiliza e da quantidade de informações que condensa em sua crítica bem humorada.

Para tanto, iremos apresentar um panorama histórico partindo da Antiga Retórica – desde os primeiros registros da utilização da argumentação – até a Nova Retórica – com o renascimento da valorização da arte de argumentar. Também apresentaremos de forma sucinta a Teoria da Argumentação na Língua, a qual analisa a argumentação de um ponto de vista mais lingüístico. Esses estudos serão revistos como forma de resgate, já que são os alicerces da Retórica Visual, principal teoria em que nos basearemos.

III.1. Da antiga à Nova Retórica

A capacidade de argumentação é inerente à linguagem, pois, na interação social, o homem age movido por intencionalidade, tentando influenciar o comportamento do outro ou convencer pessoas de que sua opinião é a mais acertada. Os primeiros registros, no entanto, da utilização consciente dessa capacidade de convencimento por meio de palavras, na nossa cultura ocidental, datam do século V a. C, segundo Martins (2007). Nessa época, a Sicília foi governada por tiranos, os quais confiscaram terras de seus donos e doaram aos soldados como recompensa pelos seus serviços militares. Com

o fim da tirania, os legítimos proprietários reclamaram a devolução de suas terras. É nesse contexto, com o surgimento de inúmeros processos, que aparecem os primeiros registros da retórica. Assim, ocorreram vários debates, os quais se transformaram em júris populares centrados na eloquência dos contendores, em que a vitória dependia da escolha do melhor discurso.

Por volta dessa época, a palavra retórica começa a surgir junto com a laicização das relações sociais e das instituições políticas. Conforme Zoppi-Fontana (2006) antes da instituição da palavra retórica, existia apenas a palavra mágica. Esta se relacionava a algo ritualístico, além de realizar ações pelo simples fato de ser enunciada. As ações realizadas pelo discurso mágico eram atribuídas a alguma divindade ou força superior e não ao enunciador da palavra.

Com as brigas pela posse de terras, começam a surgir as assembléias na Grécia e as relações sociais aos poucos vão sendo regidas por leis. Assim, como explicamos acima, a palavra mágica vai perdendo força e a palavra retórica ganha espaço. Com as assembléias, surge a posição do orador e do auditório, aquele tentando persuadir este com técnicas argumentativas precisas. Essas técnicas resultam de reflexões filosóficas, fundamentam-se na linguagem, mais especificamente na organização do texto, na gestualidade corporal (gestos, voz) e no posicionamento no espaço (posicionamento mais próximo ou mais distante do auditório, deslocamentos). A essas estratégias deu-se o nome de retórica, a qual aliada à lógica e à gramática, formava o campo de práticas educativas na Antiguidade.

A disseminação das assembléias produziu profissionais dedicados à tarefa da retórica e também ao seu ensino. Algumas das personalidades mais famosas foram Córax e Tísias. Córax ensinava suas técnicas a Tísias que só pagaria pelas aulas se o resultado obtido no seu primeiro processo fosse positivo. Quando terminou os estudos, Tísias iniciou sua primeira batalha judicial, requerendo o direito de não pagar a Córax pelas aulas. É a partir de então que a retórica passa a ser vista como instrumento capaz de persuadir qualquer um em favor de um bom argumento, pois se Tísias perdesse o processo, como havia combinado previamente com Córax, não precisaria pagar pelas aulas; e, obviamente, caso ganhasse, também estaria isento. Esses profissionais eram os conhecidos Sofistas, a quem Platão acusava de formular argumentos diabolizantes. Acontece que, com o desenvolvimento da retórica, a palavra – antes considerada mágica, dedicada à divindade, em que a verdade era discutível, como defendia Platão – passa a residir nas instituições humanas, assim o conceito de verossimilhança é aceito e

o discurso passa a ser de responsabilidade de quem o profere. Toda essa discussão é uma das bases da democracia ateniense. Dominar as técnicas argumentativas era condição necessária das relações políticas, assim, para os Sofistas, o ensino-aprendizado da retórica contribui para o exercício da democracia, formando cidadãos aptos ao debate sobre as instituições públicas.

III.1.1. Aristóteles

Durante anos, os sofistas foram estigmatizados pelo desenvolvimento da filosofia platônica, até que surgem as idéias de Aristóteles, que tenta o caminho do meio-termo. Ao resgatar a retórica das críticas platônicas, Aristóteles deu-lhe um estatuto de racionalidade tão digno quanto o dos raciocínios baseados nas evidências, imprimindo-lhe sistematicidade. Essa sistematização encontra-se na racionalidade destinada ao específico campo do verossímil, do provável. Segundo Aristóteles, a retórica trata da produção de convencimento acerca de qualquer objeto, ela viabiliza a deliberação sobre o que não se permite extrair conclusões evidentes.

Ao retomar a oposição feita por Platão entre crença e ciência, Aristóteles distingue a verdade, relativa ao campo da ciência, do verossímil, próprio do campo da retórica. Para ele, o homem é capaz de aceitar a seqüência lógica de um raciocínio fundamentado na verossimilhança. A partir disso, se dá a distinção entre o raciocínio analítico, baseado na verdade e nas evidências dos fatos, e o raciocínio dialético, centrado em opiniões geralmente aceitas, as quais não impõem verdade, mas verossimilhança.

Assim, conforme Zoppi-Fontana (2006), a argumentação aristotélica, ao fundamentar seu funcionamento na opinião, precisa expor as teses defendidas como continuações razoáveis de premissas normalmente aceitas pelo auditório pretendido. Para o convencimento deste auditório, é necessário o uso de argumentos eficazes, pois a adesão do auditório é fundamental para o sucesso da argumentação e, muitas vezes, o orador precisa se apresentar favoravelmente, além de fornecer provas aceitáveis através das quais se possam aceitar as teses defendidas.

Essas provas podem ser extra-técnicas ou técnicas. As extra-técnicas representam premissas socialmente aceitas e disponíveis para a utilização do orador. São fatos considerados indiscutíveis por Aristóteles as confissões sob tortura e os

escritos. As provas técnicas são resultado do uso das técnicas retóricas, as quais são inventadas pelo orador. Essas técnicas se dividem em *ethos*, *pathos* e *logos*.

Ethos é a imagem que o orador constrói de si mesmo para que o auditório possa enxergar nela seu caráter. *Pathos* liga-se ao auditório, trazendo a importância do estado de espírito deste para a aceitação dos argumentos defendidos. *Logos* diz respeito à organização textual, à maneira que os argumentos estão estruturados no texto. Quanto à adequação do *logos* à situação, Aristóteles elencou três gêneros retóricos: o deliberativo, o epidíctico e o judiciário. O deliberativo era realizado nas assembleias do povo, em que o orador pretendia convencer o auditório de alguma ideia sobre a vida política. No epidíctico, o objetivo do orador era apoiar ou negar determinados valores compartilhados pelo auditório, em grandes reuniões comemorativas, como os jogos olímpicos. O judiciário, obviamente, acontecia no Tribunal e os oradores tinham o objetivo de convencer o júri a condenar ou absolver alguém de determinada infração cometida contra a vida pública na Grécia.

A partir de Aristóteles, na Roma Antiga, a ênfase recai sobre a organização do texto em relação à persuasão. Essa organização relativamente estável seguia esta seqüência: exórdio, narração, prova refutação, recapitulação e peroração. A ordem dos argumentos também foi alvo de estudos intensos, os quais apresentavam três possibilidades de organização: ordem de força crescente, ordem de força decrescente e ordem nestoriana, em que os argumentos mais fortes são apresentados no início e no final do texto, ficando no meio os argumentos mais fracos.

Com o discurso científico moderno, a teoria aristotélica perde espaço. O grande nome da época foi René Descartes que elaborou seu método numa estrutura análoga à do processo retórico. Descartes apropriou-se da noção de *logos* e desenvolveu a ciência moderna cartesiana e a análise matemática segundo a teoria do método. Assim, a retórica vê-se engolida por essa teoria e passa ser considerada a “arte de proferir um belo discurso”. Esse paradigma dominou as ciências até meados do século passado, quando Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca lançaram o Tratado da Argumentação, propondo uma nova retórica.

III.1.2. A Nova Retórica

A Nova Retórica¹⁰ foi um marco importante na teoria da argumentação. Perelman e Tylenda dedicaram-se ao estudo das técnicas argumentativas retomando alguns conceitos da retórica de Aristóteles. Eles partiram da distinção aristotélica apontada no tópico anterior, entre demonstração e argumentação, sendo a demonstração referente a raciocínios analíticos, ligados pela lógica formal e pela matemática. A argumentação estaria ligada à verossimilhança e à aceitabilidade dos argumentos defendidos. O Tratado da Argumentação visa principalmente sistematizar regras para obter a adesão de um auditório. Segundo Perelman (2005: 16),

Quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual.

Fica claro, então, que argumentar não é simplesmente organizar uma seqüência lógica da qual se infira uma conclusão, não é somente falar à razão. O ato de argumentar, para Perelman, depende da adesão do auditório e, para que isso ocorra, é necessário falar à emoção deste auditório, o que é chamado pelo autor de “contato dos espíritos”. Para isso, deve-se selecionar como ponto de partida de um raciocínio premissas aceitas pelo auditório.

Para a adesão do auditório, Perelman apresenta algumas condições indispensáveis, as quais foram sistematizadas por Abreu (2002) numa revisão do Tratado da Argumentação. A primeira condição de argumentação é ter linguagem comum com o auditório. Conforme Perelman (2005: 23) “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz”. Utilizando nosso corpus como exemplo, pudemos ver nos capítulos anteriores que a linguagem da charge é múltipla, geralmente misturando o verbal e o não verbal.

¹⁰ A Nova Retórica é analisada aqui em seu início, voltada para a teoria argumentativa e baseada no Tratado da Argumentação.

Charge XVIII



(Humberto, Jornal do Commercio, 28/07/06)

Na **charge XVIII**, há a presença de mais de um modo de linguagem. Há a linguagem verbal, língua portuguesa, que faz parte da identificação de Mendonça Filho, candidato ao governo de Pernambuco, a qual é complementada pelas cores da camisa e pelo próprio desenho que representa o candidato. A linguagem não-verbal constitui a caricatura do ex-governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e compõe a bandeira do Estado que aparece ao fundo do quadro. Essas múltiplas linguagens, antes de qualquer argumentação, precisam ser compartilhadas entre autor e auditório. Compartilhar linguagem aqui não significa apenas dominar o português ou notar que há um desenho de cabeça/balão de uma pessoa de idade ou mesmo ver um sol, um arco-íris e uma estrela num céu onde a tal cabeça/balão sobe. Partilhar linguagem é compreender esses símbolos neste texto em que eles foram articulados, isto é, entender que Jarbas Vasconcelos é um político em ascensão em Pernambuco e que Mendonça Filho, seu aliado, procura tirar vantagem dessa situação, tentando subir junto com Jarbas. Ou seja, partilhar linguagem é compreender os diversos modos da charge como um único ato comunicativo, como abordamos no capítulo anterior.

A segunda condição é que a argumentação se realize numa comunidade que esteja de acordo a debater alguma questão determinada. Esta questão precisa ser uma tese, ou seja, deve ser um tema ou assunto que suscite mais de uma opinião, que proporcione uma discussão. A argumentação na charge certamente realiza-se numa

comunidade que esteja de acordo com o debate, tal comunidade é formada inicialmente pelo chargista, pelos leitores e por seu suporte, o jornal. Quando o leitor abre um jornal e vai em busca do texto chárstico, compreendendo-o ou não, se mostra aberto ao debate. Aliado a isso, normalmente toda charge possui uma tese, uma questão a ser discutida. Na **charge XVIII**, a tese é de que Mendonça tenta tirar vantagem da carreira política de Jarbas. Alguns leitores irão aderir à tese, outros não.

A terceira condição de argumentação é ter um contato positivo com o auditório. Essa exigência engloba as outras duas, já que não se pode ter um contato positivo com o auditório quando não há adesão à tese defendida pelo autor, menos ainda quando não se compartilham as linguagens. Na verdade, as três condições são interdependentes, pois para ter contato positivo com o auditório é imprescindível ter com ele linguagem comum. Se não estabelecemos esse contato positivo, ele não irá aderir à tese. Numa análise geral, as características multimodais da charge, como a imagem, são facilitadoras para o contato positivo com a sociedade atual. O próprio Perelman (2005: 26) nos permite essa conclusão quando afirma que:

Para poder influenciar mais o auditório, pode-se condicioná-lo por meios diversos: música, iluminação, jogos de massas humanas, paisagem, direção teatral. Tais meios foram conhecidos em todos os tempos, foram empregados pelos primitivos como pelos gregos, pelos romanos, pelos homens da Idade Média; os aperfeiçoamentos técnicos possibilitaram, em nossos dias, desenvolvê-los poderosamente; de modo que se viu nesses meios o essencial da ação sobre as mentes.

Numa análise mais específica, ao considerarmos a **charge XVIII**, é provável que os eleitores de Mendonça não concordassem com a opinião do chargista, não é agradável a esse auditório ver seu candidato dependente da força política de outra pessoa.

Como afirmamos, o auditório é fundamental na nova retórica. Conforme Perelman, há três espécies de auditório: o universal, que engloba “a humanidade inteira, ou, pelo menos, todos os homens adultos e normais”; o interlocutor, constituído no diálogo e formado unicamente pela pessoa a quem se dirige; o próprio sujeito, quando ele delibera consigo mesmo.

Consideramos o auditório universal uma utopia, já que os indivíduos, mesmo vivendo em sociedade, têm opiniões diversas sobre as coisas do mundo, é praticamente

impossível uma adesão unânime de um auditório universal. O próprio conceito de auditório universal é questionável, o que seriam exatamente homens adultos e normais? Se considerarmos essa classificação da nova retórica em nossa análise, certamente o auditório da charge não será universal, pois seu público leitor é, em parte, bastante específico. O indivíduo que tem o hábito de ler charges normalmente é comprador e leitor de jornais, portanto provavelmente é alfabetizado e possui condições financeiras de adquirir jornais. Não estamos afirmando que podemos presumir com exatidão o público de uma charge, mas podemos prevê-lo. Ao recorrermos à teoria dos gêneros, podemos presumir um auditório pelo suporte em que o texto é veiculado. Segundo Marcuschi (2003) “o suporte de um gênero é a base material, a estrutura física ou o ambiente de publicação ou emissão (não necessariamente o canal) do gênero materializado na forma textual.” O suporte é algo material por meio do qual o gênero se apresenta à sociedade. O melhor meio de prevermos o auditório de uma charge é analisarmos o público leitor do suporte em que ela se encontra. Então, pode-se constatar que a maioria dos leitores de tal jornal são bem informados; os de outro gostam de sensacionalismo; o outro possui um público mais jovem, etc.

Conforme dito antes, nosso corpus é formado por charges coletadas nos três jornais de grande circulação em Recife. O Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco custam mais caro e abordam questões diversas, mas numa linguagem notadamente voltada para uma classe média mais abastada e intelectual; já a Folha de Pernambuco custa menos e é bastante sensacionalista, divulga diariamente um caderno policial que veicula fotos de corpos ou parte de corpos expostos de vítimas de tragédias e assassinatos. Notadamente este jornal é voltado para a grande massa popular. Prevendo esses públicos leitores, os cartunistas procuram adequar seus textos a eles, vejamos:

Charge XIX



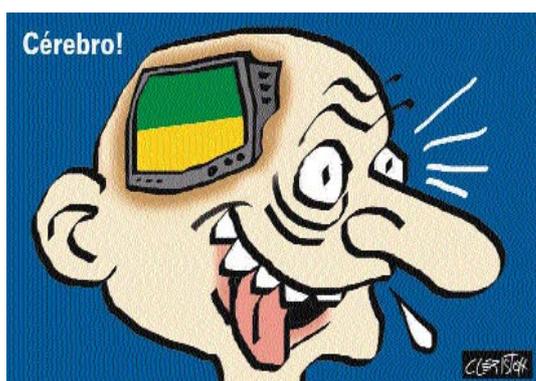
Clériston – Folha de Pernambuco, 05/06/2006

Charge XX



Clériston – Folha de Pernambuco, 01/06/2006

Charge XXI



Clériston – Folha de Pernambuco, 13/06/2006

Em comparação com a **charge XVIII** (página 77), podemos notar que as **charges XIX, XX e XXI** são muito mais herméticas, mais objetivas. As inferências a serem feitas são mais simples, na **charge XIX** a linguagem não-verbal complementa a verbal com o desenho do salto alto; na **charge XX**, é necessário o conhecimento das cores dos três times de futebol de Pernambuco e da expressão “pernas-de-pau”; na **charge XXI**, a linguagem verbal seria até dispensável para a compreensão de que o brasileiro só tem pensado em copa do mundo. Para a compreensão da **charge XVIII**, no entanto, precisamos reconhecer Mendonça e Jarbas, analisar suas posições no quadro chárstico em comparação com suas posições políticas e perceber o chargista mostrando que tudo isso ocorre em Pernambuco quando põe a bandeira como pano de fundo/céu em que o balão/Jarbas sobe. Não é nosso objetivo medir o grau de dificuldade de

compreensão dos textos citados. Porém, acreditamos que, para compreender um texto como a **charge XVIII** ou a **charge XIV** (página 57), por exemplo, não é necessário apenas reconhecer as caricaturas de políticos famosos, mas retomar todos os fatos políticos a que as charges aludem. Nas **charges XIV e XXI**, por exemplo, o texto verbal seria desnecessário, apenas com a leitura da imagem podemos compreender que, na opinião do chargista, o Brasil estava de salto alto e que o cérebro do brasileiro se transformou numa transmissão de copa do mundo, ou seja, o brasileiro não pensa em mais nada além de futebol. Mesmo com a fácil leitura imagética, Clériston resolveu contextualizar os textos verbalmente. Durante a análise do nosso corpus percebemos que tal fato é recorrente, enquanto as charges do Comercio e do Diario normalmente requerem maior informatividade do leitor, as charges da Folha são, por vezes, mais diretas.

A nova retórica é uma teoria de enorme importância, pois reviu a noção de retórica como a arte do bem falar e formulou um estudo que privilegia os interlocutores dos textos, além de ressaltar a importância da linguagem comum entre os interlocutores. O Tratado da Argumentação reavivou os estudos da retórica, abrindo o caminho para que diversas tendências lingüísticas como a Análise do Discurso, a Lingüística de Texto e a Semântica Argumentativa utilizassem a argumentação como objeto de estudo.

III.2. Teoria da Argumentação na Língua – Ducrot e Anscombe

Dois dos maiores representantes da Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot e Anscombe iniciaram o desenvolvimento de sua teoria na década de 70. Têm como base teórica os estudos pragmáticos dos filósofos de Oxford, principalmente Austin e Searle, cujo objeto de estudo é o discurso. A pragmática dedicou-se ao estudo dos atos de fala, postulando a existência de atos ilocucionários – força com que os enunciados são produzidos – e de atos perlocucionários – efeitos visados pelo uso da linguagem – entre os quais estão o de convencer e o de persuadir. A teoria dos atos de fala foi revista por Ducrot para desenvolver a noção de pressuposição. A pressuposição foi central na primeira fase das pesquisas de Ducrot (1977). Esta era entendida como uma estratégia lingüística para descobrir os implícitos deixados em diversas situações. Assim, o pressuposto é um elemento constitutivo do sentido dos enunciados. Uma sentença comporta dois níveis de sentido: o posto (aquilo que é dito) e o pressuposto (o não dito).

Logo no início da obra “Princípios de Semântica Lingüística: dizer e não dizer” (1977) em que discute intensamente pressuposição e implícitos, Ducrot afirma que sua tese principal é a de que “o fenômeno da pressuposição faz aparecer, no interior da língua, todo um dispositivo de condições e de leis, que deve ser compreendido como um quadro instrucional a regular o debate dos indivíduos ” (1977: 13).

Para Ducrot e Anscombe, a argumentação baseia-se na língua, mais especificamente no léxico e deve ser regida por uma teoria semântica, portanto, a partir de agora, as questões argumentativas aqui abordadas não estão mais no campo da retórica, mas da semântica lingüística.

Ao desenvolver suas pesquisas, Ducrot (1989) deixa claro de antemão alguns fundamentos norteadores. Inicialmente, ele distingue frase e enunciado. O enunciado é empírico e observável, é realizado em data e local determinados, possui produtor e interlocutor(es). A frase é abstrata. Se uma mesma expressão é dita duas vezes, teríamos dois enunciados diferentes, mas seria a mesma frase.

De maneira análoga às concepções de frase e enunciado, está a relação entre texto e discurso. O texto é conceituado como uma estrutura abstrata e o discurso é visto como a realização concreta do texto.

Quanto aos valores semânticos, a diferença entre frase e texto, enunciado e discurso é que estes possuem significado, enquanto aqueles têm significação. Segundo o autor, normalmente concebe-se uma diferença de grau entre sentido e significação, ou seja, estaria no sentido tudo o que há na significação mais as circunstâncias contextuais. Pra ele, porém, a diferença não é de grau, mas de natureza, pois a significação, conforme Ducrot (1989: 14),

Não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial pelo menos, constituída de diretivas, ou ainda de instruções, de senhas, para decodificar o sentido de seus enunciados. A frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto.

Dentre essas senhas, esses indícios que a frase oferece para a compreensão de um enunciado, interessam a Ducrot particularmente as estratégias argumentativas, definidas como características que apontam para um conjunto de conclusões determinando a orientação argumentativa do enunciado.

Esclarecidas as premissas teóricas, podemos perceber que a base da teoria desenvolvida por Ducrot e Anscombre (1989) é a idéia de “uma argumentação intrínseca à língua”, portanto as frases de uma língua possuem uma força ou valor argumentativo. Assim, “a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.” (1989: 18) Essas instruções presentes na frase são chamadas por Ducrot de operadores argumentativos, ou seja, os elementos gramaticais que têm função de mostrar a força argumentativa dos enunciados, o sentido para o qual apontam.

A significação de uma sentença constrói-se nas relações que ela possui com as outras sentenças da mesma língua, portanto, a significação é tida como a continuação, o encadeamento de significados no discurso e os operadores argumentativos são responsáveis por esse encadeamento. Além disso, são morfemas que podem modificar as potencialidades argumentativas das sentenças, alterando sua significação. No início da teoria, acreditava-se que os operadores argumentativos efetuavam uma relação binária de argumentos, mas depois se passou a entender de forma diferente.

III.2.1. Teoria dos *Topoi*

Mais tarde, com a continuidade de sua pesquisa e com uma profundidade maior em seus estudos, Ducrot e Anscombre (1989) ampliam o conceito de argumentação que não diz mais respeito aos enunciados na sua totalidade, mas aos elementos semânticos que constituem seu sentido. É a partir desse tipo de análise que surge a noção de “*topos*”, lugar comum argumentativo que orienta para uma conclusão. O princípio argumentativo do *Topos* tem três propriedades: é universal, é geral e é gradual. Usando nosso corpus como exemplo, procederemos a análise desses três princípios. A universalidade refere-se a um sentido aceito e compartilhado por uma comunidade lingüística.

Charge XXII



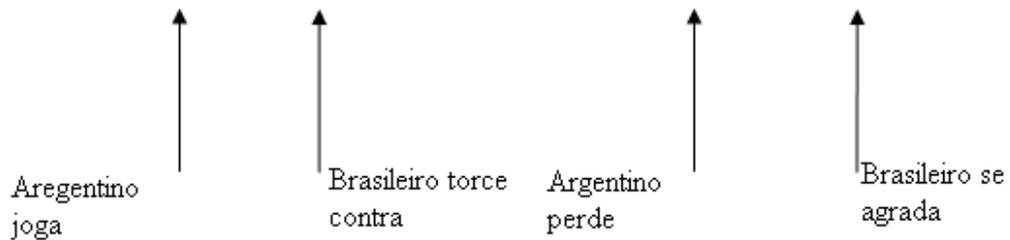
(Samuca, Diário de Pernambuco, 10/06/2006)

A **charge XXII** foi publicada no dia dez de junho de 2006, dia em que a Argentina estreou na copa do mundo contra o país africano Costa do Marfim. O chargista, Samuca, compõe seu argumento a partir do sentido universal de que brasileiros e argentinos são concorrentes ferrenhos em se tratando de futebol. Assim, a partir do título contextualizador da situação “Argentina x Costa do Marfim”, Samuca desenha o brasileiro assistindo ao jogo e literalmente “secando a Argentina”. O humor fica por conta do uso do secador de cabelos, uma brincadeira com o duplo sentido da palavra “secar”. O uso do verbo “secar” no contexto futebolístico é conotativo e significar “torcer contra” mas a ação ilustrada pelo cartunista se refere ao uso denotativo do verbo, então é estabelecida uma relação entre contextos situacionais inusitados.

A segunda propriedade dos *topoi*, a generalidade, é decorrente da universalidade. De acordo com a generalidade, o sentido deve ser válido não só numa situação específica, mas em uma série de situações análogas. Por exemplo, não somente no dia dez de junho de 2006 os brasileiros estariam torcendo contra os argentinos, mas em toda competição esportiva, particularmente o futebol, em que Brasil e Argentina estejam participando e possam vir a ser adversários.

Além de serem universais e gerais, os *topoi* devem ser principalmente graduais. Conforme Ducrot (1989: 26), as situações trazidas pelo argumento “devem se relacionar em duas escalas, duas gradações, entre as quais estabelecem uma correspondência que os matemáticos qualificam de “uniforme”/monotone”. Na charge **XXII**, da qual

podemos inferir o topos “o brasileiro torce contra o argentino”, temos uma escala que coloca em correspondência o jogo argentino e a torcida contra do brasileiro: “quanto mais o argentino joga, mais o brasileiro torce contra”; “quanto mais o argentino perde o jogo de futebol, mais agradável é ao brasileiro”.



Podemos concluir, portanto, que Ducrot e Anscombe desenvolveram uma teoria de argumentação da língua, sendo esta vista como um conjunto de frases semanticamente descritas que determina, pelo menos parcialmente, as argumentações e os valores argumentativos apresentados no discurso. Além disso, percebemos que os *topoi* graduais são necessários a toda orientação argumentativa de um elemento semântico.

Essa visão panorâmica das teorias argumentativas é crucial para que possamos conhecer outras considerações acerca da argumentação. Muitas idéias abordadas até aqui são basilares e, portanto, retomadas constantemente por estudos mais atuais. Ao nos aprofundarmos nas análises da Retórica Visual, perceberemos alguns conceitos sendo revistos.

III.3. Argumentação e Multimodalidade

Adotando a concepção interacionista da linguagem, estamos admitindo que, através da interação lingüística, temos sempre intenções que nortearão nosso comportamento e a relação que desejamos estabelecer, ou seja, quando interagimos, atuamos sobre nossos interlocutores. Por isso, concordamos com Koch (2006: 29) quando assegura que:

Se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que

produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

Porém, com o desenvolvimento da cultura visual promovido principalmente pela mídia impressa e televisiva e pela internet, sentimos a necessidade de estudos que apresentem uma visão holística da argumentação, levando em conta os aspectos não verbais dos textos. Alguns estudiosos têm desenvolvido pesquisas sobre isso, tais como Birdsell, Groarke, Blair, entre outros, os quais tiveram seus trabalhos reunidos por Carolyn Handa e publicados na obra “Retórica Visual no Mundo Digital” (2004).

Muitos teóricos nunca pensaram na possibilidade de imagens constituírem argumentos e alguns até se recusam a admitir isso, ou seja, não aceitam a existência do argumento visual. Antes de discutirmos suas possibilidades, pensamos ser necessário definirmos o que consideramos “argumento”. Para tanto, nos basearemos nas idéias de Anthony Blair (2004), o qual toma como verdadeira a concepção formulada por O’Keefe (apud Blair, 2004: 345) de que o argumento envolve “uma alegação linguisticamente explicável e uma ou mais razões linguisticamente explicáveis”. Partindo desse conceito, Blair apresenta algumas propriedades dos argumentos em geral:

1. Há uma alegação através da qual se crê em algo, se escolhe algo ou se faz alguma coisa.
2. Há razão ou razões que respaldam a alegação.
3. As razões são linguisticamente explicáveis e declaradamente expressas.
4. A alegação é linguisticamente explicável.
5. Há a tentativa de comunicar a alegação e as razões.

Além dessas propriedades, Blair apresenta mais duas que, segundo ele, ficam implícitas no conceito de O’Keefe:

6. Há alguém que formula a alegação e suas razões.
7. Há interlocutores, para quem a alegação e as razões são dirigidas.

A última propriedade é incluída pelo próprio Blair que a acrescenta ao conceito de O’Keefe:

8. É intenção do produtor do texto levar o interlocutor a aceitar a alegação como base das razões oferecidas.

Além dessas propriedades, segundo Blair o conceito de argumento acima apresentado tem duas implicações fundamentais. A primeira é que o argumento é

proposicional, ou seja, é suscetível de ser dito verdadeiro ou falso, pode ser aceito ou rejeitado. Tanto as alegações quanto as razões são também proposicionais. A segunda implicação é que o argumento não é necessariamente lingüístico ou verbal. De acordo com o conceito de O'Keef tanto a alegação quanto as razões precisam ser linguisticamente explicáveis. Portanto, isso significa que, por exemplo, devemos ser capazes de explicar linguisticamente o argumento visual, mas não necessariamente devem ser expressos em linguagem verbal desde o início. Assim sendo, conforme Blair, para constatarmos a existência de um argumento, devemos ser capazes de dizer qual é a alegação e quais são as razões e percebermos que elas podem ser aceitas ou rejeitadas.

É importante notarmos que o conceito de alegação e razão se aproximam, em parte, do que Ducrot chamou respectivamente de conclusão e de *Topos* e da idéia de Aristóteles de tese e premissa. Não estamos afirmando que O'Keef repete teorias já consagradas, mas tentamos mostrar certa continuidade entre esses estudos.

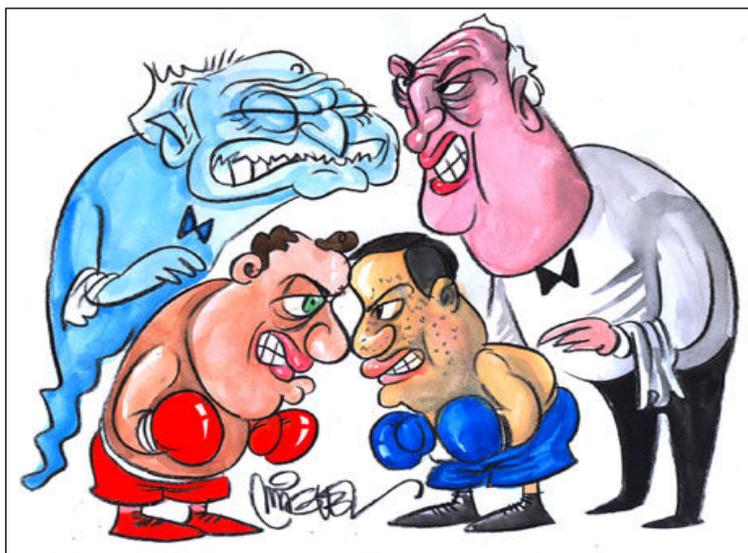
III.3.1. Argumento Visual

Após esclarecermos o que consideramos argumento, pretendemos analisar as propriedades do argumento visual. Concordamos com Blair (2004: 348) quando afirma que:

Argumentos visuais são entendidos como argumentos proposicionais nos quais as proposições e suas funções e papéis argumentativos são expressos visualmente, por exemplo, por pinturas ou desenho, fotografias, esculturas, filmes ou imagens de vídeo, cartuns, animações ou desenhos computadorizados.

Portanto, argumento visual, como todo argumento, deve ser proposicional e ser composto por uma alegação e suas razões. O que diferencia o argumento visual do verbal é a forma de apresentação e compreensão.

Charge XXIII



(Miguel, Jornal do Commercio, 14/10/2006)

A charge acima aborda a disputa pelo governo de Pernambuco entre Eduardo Campos e Mendonça Filho. Tal disputa é retratada por uma luta de boxe em que os candidatos são os lutadores e seus treinadores são figuras ilustres da política pernambucana e nacional. Como “treinador” de Eduardo está o fantasma de seu avô, Miguel Arraes, enquanto o de Mendonça é Jarbas Vasconcelos que, na época, terminava seu mandato como governador e pleiteava uma vaga no senado. Nessa charge só há linguagem visual, podemos ver as quatro personagens muito bem caracterizadas não só pelas caricaturas e pela expressão de raiva nos rostos, mas também pelas cores utilizadas, as quais lembram os partidos e ajudam a enfatizar a morte de Arraes, ou seja, o fato de que é a memória dele que ajuda a candidatura do neto. O contexto também é construído através da caracterização das personagens, com os uniformes de lutadores para os candidatos, e com a roupa típica dos treinadores, incluindo a indispensável toalhinha. Não podemos deixar de observar, ainda, a posição e o tamanho dos treinadores em relação aos candidatos: Jarbas e Arraes, além de serem maiores que Mendonça e Eduardo, se posicionam por trás deles.

A partir dessa leitura, podemos observar que, mesmo um texto totalmente visual possui alegação: “na disputa pelo governo, Eduardo e Mendonça têm o apoio, respectivamente, de Arraes e de Jarbas”; ou: “o governo de Eduardo ou de Mendonça será a continuidade dos governos de Arraes ou de Jarbas”. As razões também estão claras: “além de serem da mesma coligação partidária, Arraes é avô de Eduardo e

Mendonça foi vice de Jarbas durante oito anos”; “Jarbas e Arraes são figuras políticas ilustres que podem fortalecer os candidatos durante a disputa”. Essa charge é também proposicional, já que o leitor pode concordar ou rejeitar a alegação e as razões. Assim, podemos comprovar a existência do argumento visual, já que a **charge XXIII**, mesmo sem linguagem verbal alguma, atende nossa definição de argumento, ou seja, é proposicional, possui alegação e razões.

Mesmo com demonstrações desse tipo, alguns teóricos insistem em rejeitar a idéia de que a linguagem visual pode formar argumento e sua principal justificativa é a ilusão de que as imagens são arbitrárias, vagas e ambíguas. Não negamos que, em alguns casos, isso seja verdade, mas não consideramos como causa para a impossibilidade do argumento ser realizado por imagens, já que a linguagem verbal, por vezes, também pode ser extremamente ambígua, vaga e arbitrária.

Relembrando a **charge XII** (página 51), a qual retratava a invasão do MLST à Câmara dos Deputados, podemos constatar que a linguagem verbal é ambígua e insuficiente para a construção textual e argumentativa. “Estávamos apenas invadindo um latifúndio improdutivo” é a fala do sem-terra, único trecho em que ocorre linguagem verbal. Sem os elementos visuais, não se pode compreender o texto, inicialmente porque os desenhos contextualizam os fatos na charge e, depois, porque o texto verbal é ambíguo. Sem o visual não entenderíamos que um sem-terra falava com um policial, só temos essa compreensão por causa das caricaturas e do contexto da época de publicação da charge. A expressão “latifúndio improdutivo” é ambígua, já que, sendo discurso de um sem-terra, espera-se que ele esteja tratando de terras improdutivas, especialmente na zona rural, mas, na **charge XII**, tal expressão faz alusão à Câmara dos Deputados. Só conseguimos compreender isso por causa do desenho da Câmara, bastante deteriorada, ao fundo do quadro chárstico, além, como afirmamos acima, do contexto situacional da época. Portanto, nesse caso e em várias outras charges, a linguagem visual não é mera coadjuvante, não é simplesmente um complemento muito menos uma ilustração para a linguagem verbal, mas compõe o texto.

O argumento é claro na charge, já que há alegação e razões. A alegação seria “a Câmara dos Deputados é improdutivo”. Como razões, poderíamos ter: “os deputados trabalham pouco e não realizam bem suas tarefas, portanto não produzem para o país o que deveriam”. A **charge XII** é uma proposição, já que se pode concordar ou não com o fato de que os deputados não produzem como deveriam.

Voltando à **charge XXIII** (página 88), podemos rever a idéia que, como afirmamos anteriormente, muitos estudiosos têm de que a linguagem visual é vaga ou indeterminada. Na **charge XXIII**, temos apenas imagens, as quais tornam o texto muito claro, já que as quatro personagens são facilmente identificadas e o argumento compreendido. Quanto ao fato de alguns considerarem a linguagem visual demasiadamente arbitrária, já afirmamos, no capítulo II, que, segundo a Semiótica Social, a relação significado/significante é motivada.

Assim, podemos concluir que o argumento construído por linguagem visual é tão possível quanto o argumento construído por linguagem verbal. Na verdade, não estamos estabelecendo uma dicotomia entre linguagem verbal e visual, mas tentamos mostrar, desde o segundo capítulo, que as imagens não são meras ilustrações ou complementos para o texto verbal. A charge pode ser formada apenas por imagens, mas é mais comum a utilização do modo verbal e do visual juntos e, quando isso ocorre, esses modos se organizam como os instrumentos musicais de uma orquestra. De uma forma ou de outra, constatamos que a charge é um texto argumentativo, já que é proposicional e possui alegação e razões. Enfatizamos a existência do argumento construído pelo visual porque muitos estudiosos simplesmente desconsideram a ocorrência desse tipo de linguagem formando textos opinativos e, portanto, formulando argumentos.

III.3.2. A influência argumentativa na composição do texto chárgico

Não há uma regra única para a organização formal da charge, mas, como vimos no capítulo I, existe um formato regular que faz com que tal gênero seja utilizado em sociedade. Um dos principais objetivos da charge é construir crítica humorística de um fato específico, atual e não atemporal. Para estabelecer tal crítica, o chargista lança mão da construção de argumentos utilizando linguagem visual e quase sempre linguagem verbal. Então, é nosso objetivo observar como essas modalidades se organizam nessa construção.

Ao definirmos charge, no capítulo I, mostramos alguns elementos que a constituem. Dentre os elementos não verbais, os principais são: o traço básico de cada cartunista, as caricaturas, os símbolos e signos de uma maneira geral e os balões de fala. A linguagem verbal aparece principalmente nas falas ou pensamentos das personagens, em legendas ou títulos e em onomatopéias. O argumento surge quando o chargista se

utiliza desses elementos com o objetivo de formular uma ou mais proposições. A maneira que os elementos são articulados depende da criatividade do chargista, mas uma constante na composição da charge é, como vimos, a interseção de contextos.

Para que pudéssemos estabelecer com exatidão a forma de construção de argumentos do gênero charge, teríamos que analisar um corpus imenso, visto que os chargistas combinam os elementos citados acima de forma extremamente criativa. No entanto, investigando as teorias multimodais, percebemos que o estudo de Gunther Kress e Theo van Leeuwen sobre o sentido da composição dos textos multimodais poderia nos dar base para relacionar organização textual e construção de argumentos.

Kress e Leeuwen (2006) analisam a composição do todo textual, do modo como os elementos devem se relacionar uns com os outros e do modo como eles estão interligados em um todo significativo. Os autores elencam algumas estratégias (conscientes ou inconscientes) de composição textual que, no caso do texto chárstico, podem ser entendidas como peças fortalecedoras de argumentos. De antemão, esclarecemos que essas estratégias podem ou não ocorrer nos textos multimodais, inicialmente porque nem todos os produtores de texto têm consciência delas e também porque elas não são as únicas formas de produção de determinados sentidos.

1. O Dado e o Novo – Ocorre quando o texto faz uso significativo do eixo horizontal. Ao retomarmos a **charge XVII** (página 69), observamos que ao lado esquerdo está a representação de Mendonça Filho, enquanto do lado direito estão Eduardo Campos e Humberto Costa. Como vimos, os candidatos são representados por pesos de ferro e a balança, que representa as eleições, está no meio, criando uma linha de separação entre a esquerda e a direita. Segundo a teoria de Kress e Leeuwen, os elementos localizados à esquerda são apresentados como Dado e os elementos à direita, como Novo. O Dado relaciona-se com algo que o interlocutor já conhece, é um ponto de partida consensual e familiar para ele. É justamente isso que ocorre na **charge XVII**, a qual apresenta do lado esquerdo a informação antiga, conhecida de que Mendonça tem grande peso na disputa pelo governo. Já o lado direito apresenta algo ainda não conhecido ou com o qual o interlocutor não esteja de acordo, é o lugar da informação em debate, contestável, problemática. Voltando à **charge XVII**, do lado direito, encontramos justamente a informação nova de que Eduardo e Humberto estavam juntos e pesando mais que Mendonça. Nesse tipo

de composição textual, o argumento se forma no sentido da leitura linear, da esquerda para a direita, visto que se apresenta o consenso e depois se quebra esse consenso com a informação em debate.

2. O Ideal e o Real – Dá-se em textos estruturados ao longo do eixo vertical, como ocorre na charge a seguir:

Charge XXIV



(Ronaldo, Jornal do Commercio, 09/10/2006)

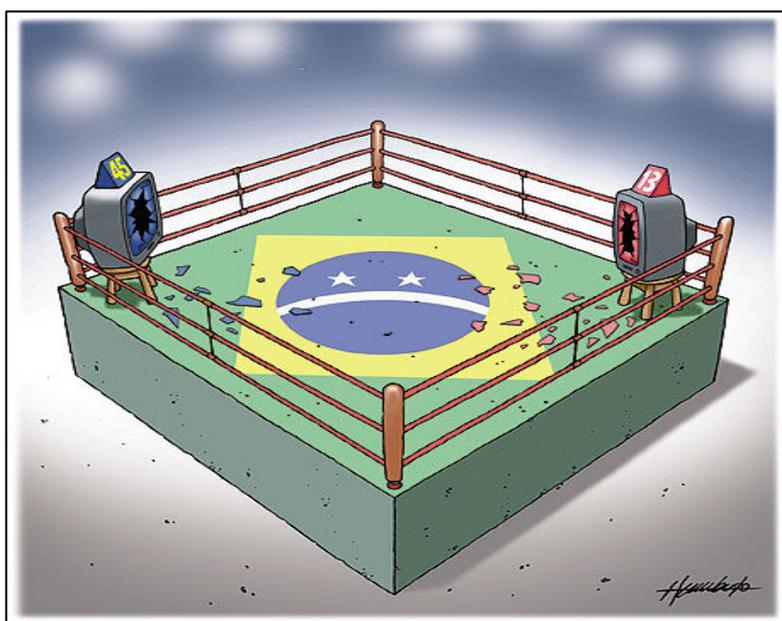
Em textos desse tipo, a seção superior mostra “o que poderia ser” e a seção inferior tende a ser mais informativa e prática, mostrando “o que é”. É exatamente o que vemos na **charge XXIV**, a qual trata do rebaixamento previsível do Santa Cruz da série-A para a série-B. A cobra coral, símbolo do Santa, está toda machucada, indicando, na linguagem do futebol, que “apanhou” muito, ou seja, perdeu várias partidas. Está enrolada pela cauda num galhinho mínimo que representa a primeira divisão. O gramado que cobre o monte também cria uma linha imaginária entre a parte superior, ou seja, Ideal e a parte inferior, o Real. O Ideal para Santa Cruz seria sua permanência na primeira divisão, mas a realidade é que o time estava “caindo o abismo” rumo à segunda divisão. Essa forma de composição endossa a proposição de que o Santa está caindo porque perdeu várias partidas e que sua pequena chance de permanência na série-A é algo ideal e não real. Já que idéia trazida pelo verbo “cair”, bastante usado para indicar derrotas no futebol, é vertical (de cima para baixo), o

chargista compõe seu texto e conseqüentemente seu argumento com essa organização.

3. Centro e Margem – A informação visual também pode se organizar do centro para as margens. Para que algo seja reconhecido como Centro é preciso que seja apresentado como o núcleo da informação ao qual todos os outros elementos estão subordinados. É esse tipo de construção que encontramos na **charge XXIV**.

4.

Charge XXV



(Humberto, Jornal do Commercio, 10/10/2006)

Misturando símbolos como a bandeira nacional e um ícone bastante utilizado em meios eletrônicos, Humberto faz a representação de um ringue. A **charge XXV** propõe que o Brasil está triste por causa da falta de qualidade dos guias eleitorais e dos debates. Novamente, há a comparação com uma luta de boxe em que os lutadores são os aparelhos de televisão caracterizados com o número e a cor dos partidos dos candidatos à presidência. Podemos notar que a informação central é mais saliente, no centro está a alegação: “o Brasil está triste”; nas margens está a razão: “os guias eleitorais e os debates não têm qualidade, os candidatos só brigam e não fazem boas propostas”.

5. Saliência – Além dessa organização composicional, os textos podem apresentar diferentes graus de saliência. Independente de onde os elementos estejam

posicionados, a saliência pode criar uma hierarquia de importância entre eles. Ela resulta da combinação de uma série de fatores, tais como: tamanho, nitidez do foco, cor, sombra, etc. Como exemplos mais claros, temos as charges **XIV** (página 57), **XVIII** (página 77) e **XXIII** (página 88), nelas há saliência respectivamente nas figuras de Jarbas e Arraes por trás de Mendonça e Eduardo; no balão/Jarbas que sobe e Mendonça tenta se segurar para subir junto; e no balão/Bolsa Família que faz com que Lula suba/cresça nas pesquisas.

Nessa discussão sobre a composição da charge, vimos os valores informativos variando de acordo com a posição dos elementos. Essa organização, consciente ou não, interfere na composição do texto, portanto intervém na formação dos argumentos.

Através desse estudo pudemos considerar diversos aspectos da argumentação em cada teoria revista. Aristóteles, além de introduzir o conceito de verossimilhança na antiga retórica grega, ressaltou a importância de expor as teses defendidas como continuações razoáveis de premissas aceitas pelo auditório. Perelman toma como ponto de partida de sua teoria o auditório, defendendo que o ato de argumentar depende da adesão deste e, para que isso ocorra, é necessário selecionar premissas aceitas por ele. Para Ducrot, o *Topos* é o lugar argumentativo que orienta para uma conclusão. A Retórica Visual, objetiva explicar e provar a possibilidade da linguagem visual formar argumentos assim como a linguagem verbal. Kress e Leeuwen mostram como a composição textual pode interferir no valor informativo do texto, o que serviu de base para que pudéssemos perceber como a organização de determinadas charges pode influenciar a construção de seus argumentos.

Assim, defendemos, baseados em Blair, que o argumento deve ser proposicional, ou seja, passível de aceitação ou rejeição, e deve ser formado por uma ou mais alegação com suas determinadas razões. Por fim, acreditamos que essa estrutura de argumento pode ser formada pelos diversos tipos de linguagem que constituem um texto e a charge, sendo texto de opinião, comprova e mostra como isso pode ocorrer.

Conclusão

Charge, à primeira vista, um texto engraçado e inocente que às vezes até lembra uma HQ com seus balões e desenhos, é o próprio lobo em pele de carneiro. Na verdade, estamos diante de um gênero que esboça críticas ferrenhas, precisas, num tom jocoso e irônico. É um texto visual humorístico e opinativo, que critica geralmente personagens ou eventos políticos, esportivos e sociais. Sua construção baseia-se na remissão a um universo textual geralmente dado pelo próprio jornal. O leitor do texto chárstico tem que ser um indivíduo bem informado para que compreenda e capte seu teor crítico, já que, como afirmamos durante as análises, a charge condensa muitas informações. Ela tem o objetivo de estabelecer uma opinião crítica e assim persuadir, influenciar ideologicamente o imaginário do interlocutor.

À luz do texto chárstico, percebemos que língua é ação, pois os chargistas agem, expondo seu ponto de vista sobre determinado assunto e estabelecendo críticas. Eles não são simples produtores os quais esperam que um público leia passivamente seus textos. Na verdade, tanto o produtor quanto o leitor são interlocutores que interagem durante os dois processos, o de produção e o de compreensão. Portanto, o sentido da charge não está pronto e acabado, mas é construído no momento da interação. Para isso, todo o contexto enunciativo é considerado.

Ao comparar uma charge impressa e uma virtual, pudemos concluir que os gêneros textuais acompanham os modos de interação humana. De acordo com o momento sócio-histórico-cultural, o homem cria e os gêneros seguem essa criação. Retomamos Koch (2004) para afirmar que intertextualidade pode ser considerada em sentido amplo e em sentido restrito. A presença de discursos vários na construção do texto é denominada intertextualidade ampla. É nesse sentido também que Koch entende polifonia. Em sentido restrito, se caracteriza pela presença implícita ou explícita de um intertexto. A intertextualidade liga-se ao humor, pois, na charge, o sentido humorístico não é encontrado apenas no inesperado ou na incongruência, mas principalmente no jogo de vozes tão presente nela. A partir dessa premissa, vimos que as charges condensam dois, três ou mais contextos no que denominamos contexto misto, fazendo comparações e mesclas inusitadas, resultando numa crítica bem humorada.

A formulação de todo esse processo se configura na combinação de modos de linguagem, como vimos no segundo capítulo. Consideramos gênero como ação social e

concordamos com a Semiótica Social quando defende que toda ação social é multimodal. Consideramos que a escolha dos modos de linguagem e sua organização na charge são estratégias que consolidam as opiniões do chargista. É central na Semiótica Social a idéia de que, no signo, a relação significado/significante é motivada. Afirma-se isso no sentido de que, ao comunicar determinado sentido, o produtor do texto irá escolher o modo de representação mais adequado para estabelecer comunicação.

Verificamos, ainda, que os modos de linguagem podem ser analisados conforme seus canais sensoriais e seus modos nucleares, dos quais emergem as variantes médias, os modos periféricos, os sub-modos e suas características. Embora os textos em geral articulem modos de linguagem diversos e cada um desses modos seja multi, pois apresentam sub-modos, a percepção dos gêneros é unificada. Durante a leitura e compreensão dos textos, não se percebem as informações sendo processadas através dos diferentes modos. Isso se deve ao fato de que os gêneros, embora multimodais, realizam um único ato comunicativo.

No capítulo III, retomamos a história da argumentação na Grécia, a qual surgiu com a consolidação das leis nas relações sociais e nas instituições políticas. Mais tarde, Aristóteles resgatou os estudos retóricos mostrando que a argumentação poderia se basear no verossímil e não somente em fatos verídicos. Mais tarde, a retórica ficou reduzida à “arte do bem falar” até meados do século passado, quando Perelman publicou o “Tratado da Argumentação”, possibilitando o que se chamou de “Virada Retórica”. Uma grande contribuição foi trazida por essa teoria, pois o interlocutor é apontado como peça fundamental na construção de argumentos. Apresentamos, ainda, a Teoria da Argumentação na língua, a qual postula a restrição da argumentação à própria língua. O principal representante dessa teoria é Oswald Ducrot.

Conforme os estudos da Retórica Visual, estabelecemos uma concepção de argumento a qual norteou nossas análises. Vimos que o argumento deve constituir uma proposição, ou seja, pode ser aceito ou rejeitado. Além disso, ele deve conter uma alegação e uma ou mais razões. Através da alegação, que deve ser lingüisticamente explicável, se crê em algo, se escolhe algo ou se faz alguma coisa. As razões respaldam a alegação e devem ser lingüisticamente explicáveis e declaradamente expressas. Ademais, não podemos esquecer que a argumentação é um ato comunicativo, portanto, há interlocutores e intenções na interação. Como Aristóteles alertava, desde a Antiga Grécia, deve-se atentar para o público que se quer atingir ou que se quer convencer. Perelman também chamou bastante atenção para a necessidade de uma comunicação

positiva com o auditório, o que é, sem dúvida, fundamental na argumentação. Assim, são as intenções dos interlocutores, produtor e ouvinte, que irão nortear a construção da alegação e a seleção das razões.

Nosso corpus é formado por um gênero textual que se constitui principalmente por linguagem visual e é também um texto de natureza opinativa. Portanto, ao tratarmos a argumentação na charge, a principal dúvida é sobre a possibilidade de haver argumentos visualmente construídos. Mostramos que, mesmo numa charge que apresenta apenas linguagem visual, o argumento pôde ser formado, pois possuía alegação respaldada por razões, sendo toda essa constituição uma proposição.

Somado a isso, abordamos a composição textual da charge, levando em conta as idéias de Leeuwen e Kress sobre Dado/Novo, Ideal/Real, Centro/Margem e Saliência. Embora algumas charges das que investigamos não apresentem nenhuma dessas organizações, as que se constituem de acordo com uma dessas formas têm informações direcionadas, como apontaram Leeuwen e Kress. Por exemplo, as charges que se organizam da esquerda para a direita sempre apresentam o argumento completo no lado Novo. Portanto, consideramos relevante tal estudo, pois essa organização influencia na maneira que o argumento é construído e percebido pelo leitor.

Finalmente, pensamos ser a charge um texto rico em linguagens, constituindo um vasto campo para investigações. E, o que nos chama a atenção de maneira mais especial é a forma criativa de construir argumentos usando linguagens diversas.

Referências Bibliográficas

- Abreu, A. S. 2002. *A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção*. 5. ed. Cotia: Ateliê Editorial.
- Ahearn, L. 2001. Language and Agency. *Annu. Rev. Anthropol.* 30: 109-137.
- Andrade, A. C. 2002. *O Espírito da charge além da notícia jornalística*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- Arbex, M. Intertextualidade e Intericonocidade. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/napg/LIVROCOLOQSEM7.doc> Acessado em: 10/01/2007.
- Bakhtin, M. 1992. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. 2004. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec.
- Bazerman, C. 2006a. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. 2006b. *Gênero, Agência e Escrita*. São Paulo: Cortez.
- _____. 2007. *Escrita, Gênero e Interação Social*. São Paulo: Cortez.
- _____. 1994. Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions. In: Freedman & Medway (Orgs.) *Genre and the New Rhetoric*. London: Taylor & Francis Publishers.
- Beaugrande, R. 1997. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. Norwood: Ablex.
- Bernhardt, S. 2004. Seeing the Text. In: Carolyn Handa (Org.) *Visual Rhetoric in a Digital World: A Critical Sourcebook*. New York. Bedford/ST. Martin's. p. 94-106
- Birdsell e Groarke. 2004. Toward a Theory of Visual Argument. In: Carolyn Handa (Org.) *Visual Rhetoric in a Digital World: a Critical Sourcebook*. New York: Bedford/St. Martin's. p. 309-320.
- Blair, A. 2004. The Possibility and Actuality of Visual Arguments. In: Carolyn Handa (Org.) *Visual Rhetoric in a Digital World: a Critical Sourcebook*. New York: Bedford/St. Martin's. p. 344-363.
- Bunzen, C. O ensino de "gêneros" em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. Disponível em < C:\Documents and Settings\user\Desktop\Mestrado\Análise de Gêneros\Letramento do Professor.htm > Acesso em: 06/06/2006.
- Cirne, M. 1990. *História e Crítica dos Quadrinhos Brasileiros*. Rio de Janeiro: FUNARTE.

Duranti, Alessandro. 2004. *A Companion to Linguistic Anthropology*. Blackwell Publish. P. 451-473.

Delphino, Fátima Beatriz De Benedictis. *Uma leitura multimodal de um texto publicitário*. Disponível em < <http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/fatima2.html>> . Acesso em 09/11/2006.

Dionisio, A. P. 2005. Gêneros multimodais e multiletramento. In: Acir Mário Karwoski; Beatriz Gaydeczka; Karim Siebeneicher Brito. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas; União da Vitória. p. 159-177.

_____. 2006. Conversa entre textos.... In: Carmi Ferraz; Márcia Mendonça; Mariane Cavalcanti. (Orgs.). *Diversidade textual: os gêneros na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica.

Ducrot, O.1989. Argumentação e TOPOI argumentativos. In Eduardo Guimarães (org). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes.

_____. 1977. Princípios de Semântica Lingüística: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix.

Freedman & Medway. 1994. Locating genre studies: antecedents and prospects. In: Freedman & Medway (Orgs.) *Genre and the New Rhetoric*. London, Taylor & Francis Publishers.

Ghilardi, M. I. 1995/96. O humor na charge jornalística. *Comunicarte*. 20: 86-92.

Giddens, A. 1999. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: Anthony Giddens e Jonathan Turner (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP.

_____. 2003. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Koch, Ingedore G. V. 2002. *Argumentação e Linguagem..* São Paulo: Cortez.

_____. 2004. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2003. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.

_____. 2006. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto.

Kress, G.; van Leeuwen, T. 1996. *Reading images*. London/New York, Routledge.

Kristeva, Julia. 1976. *Le texte du roman*. The Hague, Paris, Mouton

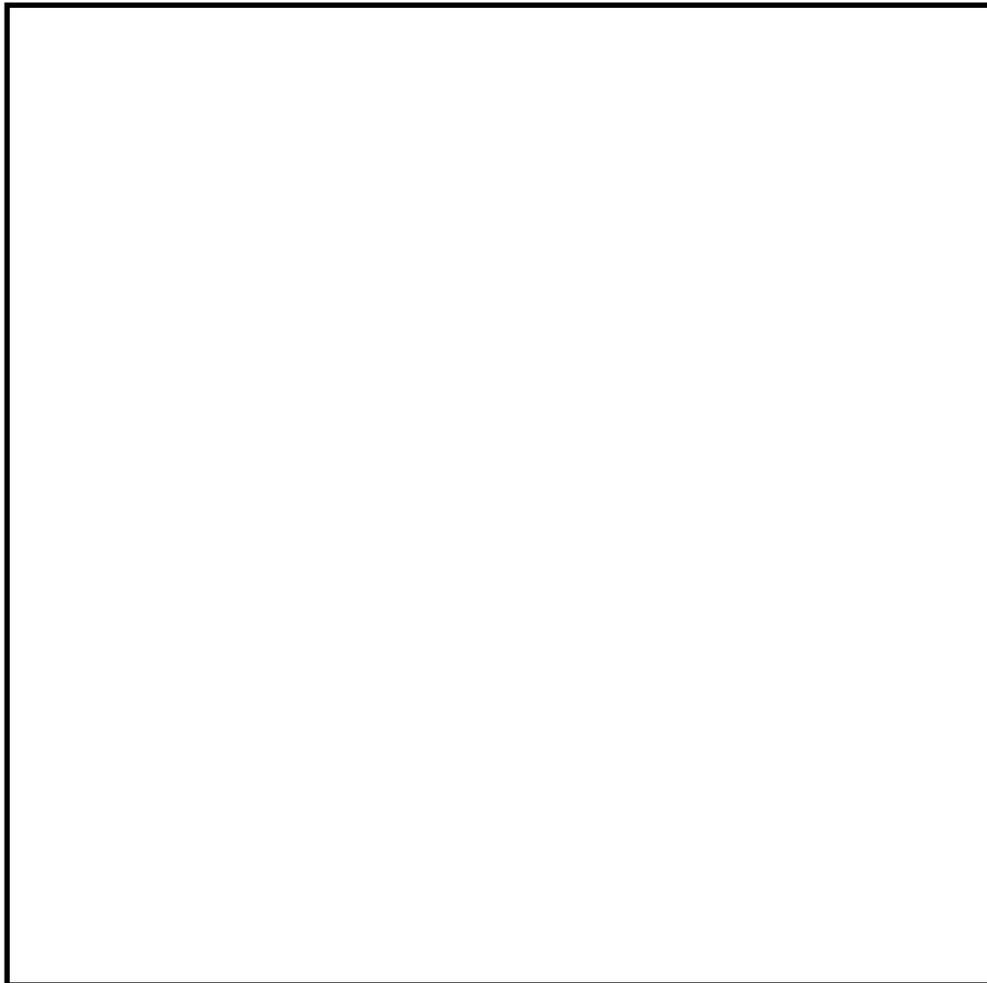
Marcuschi, L. A. *Gêneros textuais emergentes e atividades lingüísticas no contexto da tecnologia digital*. Trabalho apresentado no Gel. São Paulo, em 2002. (mimeo)

_____. 2002. Gêneros textuais: definição e funcionalidade . In *Gêneros Textuais e Ensino* (A. P. Dionísio et al, orgs). Lucerna. Rio de Janeiro. p. 19 – 36

- _____ 2003 *A questão do suporte dos gêneros textuais*. Recife. (mimeo)
- _____ 2004. Compreensão textual como trabalho criativo. In: *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. J. L. C. T Ceccantini et al (Orgs.) São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, volume 2, p. 31-52.
- Martins, M. L. *O ponto de vista argumentativo da comunicação*. Disponível em <<http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-moisés-lemos-argumentativo.html>>. Acesso em: 25/04/2007.
- Miller, C. 1984. *Genre as social action*. Quarterly Journal of Speech 70. p. 151-167.
- _____. 1994. Rhetorical Community: the cultural basis of genre. In: Freedman & Medway (Orgs.) *Genre and the New Rhetoric*. London: Taylor & Francis Publishers.
- Pagliosa, E.L.B. 2005. *Humor: um estudo sociolinguístico cognitivo da charge*. Porto Alegre: EDIPCRS.
- Perelman, C. Olbrechts-Tyteca, L. 2005. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. Trad. Galvão, M. E. A. P. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Possenti, S. 1998. Os humores da língua: análises linguísticas de piadas. Campinas: Mercado de Letras.
- Stockl, Hartmut. In between modes: language and image in printed media. In: Charles, Cassily; Kaltenbacher, Martin; Ventola, Eija. *Perspectives on mulytimodality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishig Company, 2004. v. 4. p. 9- 30
- van Leeuwen, T. 2004. Ten Reasons Why Linguistics Should Pay Attention to Visual Communication. In: P. LEVINE & R. SCOLLON. *Discourse & Tecnology: Multimodal Discourse Analisis*. Georgetown, Georgetow University Press.
- Zoppi-Fontana. 2006. Retórica e Argumentação. In: *Discurso e Textualidade*. Eni Orlandi; Suzy Lagazzi-Rodríguez (Orgs.). Campinas: Pontes Editores.

Anexo

Tobby Entrevista: Lula e Ronaldo



(Maurício Ricardo, charges.uol.com.br Publicação: 17/06/06, site consultado em 06/11/2006)